



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 496 - 12 A 26 DE ABRIL DE 2015 - R\$ 3,00

PL 4330: Golpe contra a classe operária!

É necessário imediatamente organizar a resistência. Vencer a passividade! Romper o colaboracionismo de classe! A Lei 4.330 ainda terá de ser votada no Senado. Desde já, devemos levar aos locais de trabalho, às escolas, aos bairros e às ruas a bandeira de derrubada da Lei anti-operária. Fim de toda terceirização! Contratação direta de todos os terceirizados! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem redução dos salários! Escala móvel das horas de trabalho para acabar com o desemprego e incorporar toda a juventude ao trabalho!

Para organizar a resistência e preparar as condições para a greve geral é necessário: 1) Que a CSP-Conlutas e Intersindical se unam em uma frente única de ação. Que superem a inércia política! Que convoquem imediatamente uma plenária nacional sob a bandeira: derrubar nas ruas a Lei da Terceirização, PL 4330. Que convoquem uma plenária da juventude sob a mesma bandeira; 2) Que se exija da esquerda cutista e petista a participação na frente única; 3) Que convoque a CUT e todas as centrais a romperem com o governo e com o Congresso Nacional; 4) Que os sindicatos convoquem assembleias para responder ao ataque da burguesia; 5) Que lancem a campanha nas bases operárias e da juventude.

O Partido Operário Revolucionário se empenhará em construir a frente única pela derrubada da Lei antioperária! Abaixo o golpe do governo, do Congresso Nacional e da burguesia contra a classe operária!

Organizemos o combate nas fábricas, escolas, bairros populares e ruas! Somente a força organizada dos explorados sob um programa classista e revolucionário poderá quebrar a marcha da reação capitalista!

PT e Dilma entregam o governo ao PMDB



**Greve dos professores em S. Paulo:
Radicalizar e massificar a luta!
Unir todo o funcionalismo para
derrotar Alckmin (PSDB)!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Governo do PT se entrega ao PMDB Organizar a oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff não sabe o que fazer. Leva paulada de todos os lados. O PMDB impõe-lhe derrota no Congresso Nacional. Seus aliados fazem o que o PSDB não pode fazer. O governo necessita ir à frente com o ajuste Levy, mas depende da boa vontade do PMDB, que por meio dos corruptos e reacionários Renan Calheiros e Eduardo Cunha controla o Senado e a Câmara Federal.

O circunspecto Michel Temer, vice-presidente, se sente à vontade para impor condições a Dilma. Acaba de exigir a supressão da Secretaria de Relações Institucionais, de pôr para correr o ministro petista Pepe Vargas, considerado de esquerda, e de assumir o posto de articulador político do governo. Essas medidas constituíram um golpe dentro do governo.

A exigência de Temer de acabar com o ministério e reunir suas funções sob o encargo da vice-presidência serviu para atribuir ao peemedebista enorme autoridade. Os petistas Pepe Vargas e Aloísio Mercadante da Casa Civil foram escolhidos por Dilma para dar uma feição de esquerda ao governo, logo se viram flutuando no ar e afogados pela atmosfera fétida do Congresso Nacional.

Luiz Inácio Lula da Silva desde a escolha de Vargas e Mercadante mostrou-se contrariado. Dilma parecia trilhar o caminho da independência perante o caudilho. Sucumbiu. Lula exigiu-lhe a entrega do governo ao PMDB para evitar o avanço da campanha do PSDB e seus comparsas sob a bandeira do “impeachment”.

O Plano liberal do ministro Joaquim Levy não pode ir ladeira abaixo, porque arrastará para a ribanceira o governo cambaleante. O PT e seus parlamentares batem-se de lá para cá como baratas tontas. A burocracia sindical sentiu o chão tremer sob seus pés. PT e burocracia cutista atravessam um grande dilema: têm de defender seu governo que se entregou de corpo e alma ao capital financeiro e ataca abertamente as massas.

Os estalinistas do PCdoB e sua central sindical (CTB) coxeiam atrás dos petistas e da burocracia cutista. Existem esquerdistas que acham que é preciso se alinhar com os petistas e cutistas em defesa do governo contra um golpe de direita. Mas o golpe vinha sendo dado no seio do próprio governo. A eleição do direitoista-evangélico Eduardo Cunha para a presidência da Câmara Federal foi o primeiro capítulo. A fragorosa derrota do candidato do

governo, Arlindo Chinaglia, indicou que o Executivo já não governaria sem o aval do PMDB.

A bandeira de independência do Legislativo levantada por Eduardo Cunha foi um grito de guerra contra a governabilidade de Dilma. Os golpistas estavam no próprio governo. A oposição do PSDB com seu enrustido “impeachment”, no parlamento e nas ruas, e com suas pressões no judiciário serviram ao PMDB, que passou a ser o fiador da governabilidade.

O segundo capítulo do golpe peemedebista acaba de ocorrer com a entrega a Temer das funções de articulador político. O que se espera do vice-presidente que sempre foi figurativo? Que convença Calheiros e Cunha a acatarem as decisões do Executivo? É o que imagina Lula e provavelmente Dilma que se convenceu pela força dos fatos que chegou a hora de dar poderes ao PMDB para estancar a hemorragia do governo. Na realidade, a governabilidade passou integralmente para as mãos da tríade Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Michel Temer. Essa três figuras representam as três principais tendências que comandam o PMDB, uma ligada à oligarquia nordestina e duas aos capitalistas do Sudeste.

Pode-se concluir que o aumento do poder dos peemedebistas no governo resulta da vitória de “Pirro” de Dilma Rousseff contra Aécio Neves. Mas o fundamental está no fato de o PT ter sido desmoralizado pelos escândalos de corrupção perante os explorados, por sua incapacidade de enfrentar as pressões do grande capital e por ter reforçado a ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Fracassou em seu objetivo de constituir um governo burguês com feições de “democrático e popular”.

O proletariado tem um árduo caminho a percorrer para conquistar a independência de classe. É dever de sua vanguarda combater sem trégua o governo burguês do PT/PMDB, com suas reivindicações e com a estratégia da revolução proletária. O POR levanta e trabalha firmemente com a bandeira de **“Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff”**. Chama a classe operária, os camponeses pobres, a juventude e demais explorados a cerrarem fileiras em defesa de suas vidas. Por essa via, se erguerá a oposição revolucionária que expressa a luta de classe contra toda a ordem burguesa.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Michel Temer (PMDB) no controle do governo

Como novo articulador político do governo federal, o presidente do PMDB e vice-presidente de Dilma convocou os líderes e presidentes dos partidos da base aliada para assinar um termo de compromisso para garantir apoio no Congresso Nacional ao ajuste fiscal. A intenção é de que não se aprovelem mais gastos, que aprovelem as medidas do governo sobre o seguro-desemprego, previdência, etc. e que deem um voto de confiança ao Plano Levy de arrocho fiscal. O presidente do PT, Rui Falcão, deu brilho à reunião dos caciques.

O PMDB reclamava que o PT não fazia sua parte em defesa do ajuste fiscal. Não seriam os partidos aliados a fazer o papel do gato a tirar as castanhas da brasa. Exige-se que todos assumam as medidas antipopulares em nome da estabilização econômica, da avaliação das agências de risco (do imperialismo) e de promessa de futura retomada do crescimento.

Dilma Rousseff está acossada por todos os lados. Se fosse pela vontade da oposição, já estaria aberto um processo de cassação de seu mandato. Sozinho o PSDB não tem como dar um golpe de misericórdia no governo cambaleante. Não bastam as manifestações da classe média pedindo o “impeachment”. O PMDB precisa ser convencido de que não deve, de fato, tomar o timão do navio desvairado. Mas a avaliação da facção paulista do PMDB, liderada por Temer, é de que tem muito a ganhar se ocupando da governabilidade. Colocar-se por trás do PSDB e seus aliados, pode ser um risco eleitoral. Aécio Neves, sem dúvida, ganharia com a derrocada de Dilma.

As três facções do PMDB – a de Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Michel Temer – ainda precisam se pôr em acordo. Pesam sobre os presidentes do Senado e da Câmara Federal as denúncias de corrupção feitas pela Polícia Federal e Ministério Público, no caso da Operação Lava Jato. Vão ter de se ajeitar para equilibrar o governo e permitir que Dilma termine seu mandato. Mas o PT, Dilma e Lula devem ficar completamente queimados, esturricados se possível.

A entrega da articulação política a Temer e a extinção da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República foi tábua de salvação de Dilma. A primeira tentativa foi a de colocar na Secretaria, no lugar do petista Pepe Vargas, Elizeu Padilha. Mas o PMDB tinha cacife para não aceitar e para impor condições como as exigidas por Temer. A resignação do ministro da Casa Civil, Aloízio Mercadante, em perder poderes, refletiu a prostração do governo.

O PT espera conter o avanço impetuoso do PSDB, que se agarrou à Operação Lava Jato e pretende sangrar o governo até a última gota. Todos os partidos estão metidos com as empreiteiras, uns mais outros menos diretamente ligados à quadrilha que saqueou a Petrobrás. Mas o certo é que ninguém escapa do poder econômico. No entanto, os bandidos vestidos de advogados de acusação e de juízes com sentenças prontas conseguiram se impor em meio à crise política.

O mandato de Dilma e a condução do governo agora estão inteiramente nas mãos do PMDB. Rui Falcão teve de assinar o termo de concessão de poder àqueles que antes foram tomados como simples aliados. Caso Dilma e o PT queiram recuperar a condução do País, terão de enfrentar a ira de Cunha e Calheiros, que não hesitarão em incentivar os promotores do “impeachment”.

A tentativa da burocracia sindical, do PT, PCdoB e esquerdistas sem princípios em arrastar os explorados por trás da bandeira de apoio a Dilma e de reforma política deve ser rechaçada. Trata-se também de mostrar que a oposição encabeçada pelo PSDB é tão suja ou mais que os governistas. Nossa tarefa é a de levantar as reivindicações da classe operária, dos camponeses e da juventude contra a burguesia, seus governos e seus partidos. É a de derrubar as medidas antipopulares de Dilma/Levy e do Congresso Nacional. A de mostrar à maioria oprimida que a solução está em rejeitar o governo da burguesia, lutar pelo poder como os métodos revolucionários e levantar a bandeira do governo operário e camponês.

Congresso Nacional (bando de ladrões) apunhala a classe operária e demais trabalhadores

Força Sindical, UGT, NCST e CSB assumiram a lei patronal de eliminação de direitos trabalhistas Pelo Fim da terceirização. Efetivação de todos os trabalhadores contratados

Uma derrota sem luta

A aprovação do PL 4330, que amplia a terceirização e a precarização das relações trabalhistas, era uma questão de tempo. Os dirigentes sindicais, que volta e meia denunciavam esse PL, não organizaram os operários e demais trabalhadores para derrubá-lo. Eis aí por que a classe operária e os milhões de assalariados assistiram passivamente a degola das leis trabalhistas, conquistadas pela luta.

As manifestações convocadas pela CUT e MST, para o dia da votação, foram esvaziadas. O objetivo era tão somente fazer os lobbies nos gabinetes de deputados e comparecer às galerias do Congresso Nacional. A truculência do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, impedindo a entrada de manifestantes e a repressão policial desfechada, permitiu que o acontecimento não passasse em brancas nuvens.

Os deputados do PT, PSOL e alguns aliados, que votaram contra o PL da terceirização, se limitaram ao discurso na tri-

buna do parlamento e às manobras regimentais. O PT, mais legalista que o rei, recorreu ao mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, solicitando a anulação da votação do PL com a justificativa de que havia uma Medida Provisória que deveria ser votada em primeiro lugar. O ex-dirigente nacional da CUT, deputado federal Vicentinho, arrancou da gaveta seu projeto de lei (PL 1621) que supostamente regulamentaria a terceirização.

Tudo em vão! O bando de laráprios do Congresso Nacional estava articulado com a direitista Força Sindical para impor o PL 4330. As emendas do corrupto Paulinho da Força Sindical, que somente protegem o direito de arrancar dinheiro dos trabalhadores (“contribuição sindical”) ficaram para depois. O propósito de Eduardo Cunha era fazer valer a vontade dos empresários, representado pela Fiesp na figura de Paulo Skaf.

Depois de leite derramado, a CUT discursou em favor de uma “greve geral” e, no final das contas, baixou o tom e di-

vulgou uma manifestação contrária à aprovação do PL para quarta-feira, dia 15.

Significado da aprovação do PL 4330

A terceirização corre solta no país. São mais de 12 milhões de trabalhadores que vivem a amargura dos contratos temporários e precarizados e dos salários de fome. A rotatividade e a enorme produtividade (exploração) vêm encurtando a vida de milhões de assalariados por meio das doenças e dos acidentes de trabalho. Mas os capitalistas e seus representantes no parlamento necessitam ampliar a exploração do trabalho e eliminar os obstáculos que ainda a dificultam.

O PL 4330 escancara a terceirização para todas as funções das empresas, sejam elas inteiramente privadas ou estatais como a Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. E reforça as medidas governamentais de terceirização nos serviços públicos, particularmente na saúde e na educação.

Os capitalistas estão rindo à toa. Sem nenhum esforço, golpearam a classe operária, que é a única classe capaz de dirigir a luta dos explorados para derrotar a terceirização.

A traição e o banditismo da Força Sindical e suas aliadas

A Força Sindical e suas congêneres trabalharam lado a lado com a oposição burguesa e Fiesp para que o PL 4330 fosse aprovado. Fazem de tudo para manter o sistema de exploração do trabalho, o capitalismo. São traidores.

Pior ainda: o governo de Lula/PT fortaleceu a direitista Força Sindical. Nomeou para ministros seus representantes. E lhe entrega bilhões de imposto sindical por meio da lei que regulamentou as centrais. Paulinho da Força tirou a máscara e se aliou aos quadrilheiros do Congresso Nacional.

As quatro emendas apresentadas ao PL 4330 não modificam a sua essência, que é a destruição de direitos. Para a Força Sindical, basta que os terceirizados continuem filiados ao sindicato e contribuam com o imposto sindical.

Impotência das direções sindicais levou à passividade dos trabalhadores

Alguns dirigentes dirão que há muito tempo vêm alertando para o perigo do PL 4330. Que em seus congressos, assembleias e manifestações, a rejeição ao PL 4330 estava presente. De fato, era uma questão de honra para a CUT, CSP-Conlutas e Intersindical recusar esse projeto patronal. Foram anos a fio, desde 2004, sem que houvesse uma luta nacional de paralisação das fábricas para derrubar o PL.

A política de colaboração de classes da CUT anulou os sindicatos diante de medidas violentas do patronato. Impôs a ilusão de que era possível arrancar ou manter conquistas por meio da ação parlamentar. Conteve a força coletiva do proletariado. E tornou os organismos sindicais apêndices de governo, como é o caso do governo do PT. Essa é a política da derrota sem luta.

A CSP-Conlutas (PSTU) e a Intersindical (PSOL) não têm expressão real junto à classe operária, que é majoritariamente dirigida pela CUT e Força Sindical. Limitaram-se às denúncias das consequências do PL. Nos setores operários que dirigem, não prepararam a resistência. Portanto, não serviram de “alternativa” ao sindicalismo governista.

A impotência das direções sindicais, seja pela colaboração ativa, ou colaboração passiva, tem levado a inércia da classe operária diante das demissões, dos acordos traidores e da reti-

rada de direitos, como foi o caso do PL 4330.

Independência de classe

A desorganização e a inércia do operariado estão vinculadas à estatização e à submissão dos organismos dos trabalhadores à política burguesa. Essa é uma tarefa da vanguarda que desponta nas lutas: combater suas direções traidoras e colaboradoras.

Os acontecimentos dessa semana trazem à tona a necessidade da construção das frações revolucionárias no interior das fábricas e outros locais de trabalho. O enorme retrocesso político e organizativo do proletariado será superado por meio de uma luta árdua por constituir direções apoiadas no programa revolucionário de defesa das reivindicações vitais, da independência de classe e da luta contra o sistema capitalista.

Um ato com mescla das bandeiras operárias e da política burguesa

A CUT, a Intersindical e outros movimentos sociais estão convocando uma manifestação para o dia 15. Trazem na convocatória três bandeiras: “1) Em defesa dos direitos sociais: Não ao PL 4330 da terceirização e ao ajuste antipopular dos Governos. Pela taxação das grandes fortunas, dos lucros e da especulação financeira!; 2) Combate à corrupção, com o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais!; 3) Não às pautas conservadoras, à redução da maioria penal e ao golpismo! Contra o genocídio da juventude negra!”. São seguidas de palavra de ordem: “A saída para a crise são as Reformas Populares!”

A mistura de reivindicações operárias com as da política burguesa demonstra que a CUT mantém o objetivo de desviar a luta contra o governo antinacional e antipopular. A bandeira de “reformas populares” é a mesma da “reforma política”. É falso que essa é o caminho para a saída da crise. A saída proletária para a crise é a da defesa de suas reivindicações, a derrubada do Plano Levy, a organização independente dos explorados e a luta pela tomada do poder e constituição de um governo operário e camponês.

Que a CUT, CTB, a Intersindical e a CSP-Conlutas organizem uma frente única em defesa das reivindicações da classe operária, dos camponeses e demais oprimidos

A manifestação do dia 15 de abril deve se concentrar nas seguintes reivindicações:

- 1) Derrubada da lei da terceirização, PL 4330;
- 2) Fim de toda a terceirização e efetivação dos mais de 12 milhões de terceirizados;
- 3) Trabalho igual, salário e direitos iguais;
- 4) Derrubada do Plano e das medidas antipopulares de Dilma/Levy;
- 5) Reajuste automático dos salários diante da alta do custo de vida;
- 6) Por um salário mínimo vital de R\$ 4.600,00;
- 7) Fim das demissões: estabilidade no emprego, redução da jornada sem reduzir os salários e escala móvel das horas de trabalho;
- 8) Expropriação dos latifúndios, sem indenização e entrega das terras aos camponeses;
- 9) Fim das privatizações e reestatização de todas as empresas privatizadas, sob o controle operário da produção.

Com esse programa, é possível unificar a maioria explorada em torno da classe operária para barrar a ofensiva dos capitalistas e para avançar a luta contra o regime de exploração do trabalho.

Governo Dilma e Congresso Nacional dão um golpe nos trabalhadores

**Força Sindical trai descaradamente a classe operária!
Burocracia sindical da CUT se mostra impotente e conivente!**

Abaixo a lei da Terceirização!

Finalmente, os capitalistas deram o golpe de misericórdia nos direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Aprovaram estender a terceirização para todas as atividades e funções. Os empresários se livraram dos encargos da contratação.

A terceirização nas denominadas “atividades-meios” já havia demonstrado que serviu para rebaixar os salários e precarizar as relações trabalhistas. Agora, será espalhada para as “atividades-fins”. Os explorados acabam de sofrer um golpe de morte do governo PT/PMDB e do Congresso Nacional.

A Força Sindical apoiou a Lei da Terceirização. O partido que a dirige – o Solidariedade (SD) – foi o relator do projeto. Artur Maia, deputado eleito com apoio da Força Sindical, cumpriu o papel de laiaio dos empresários. Paulinho da Força, como é chamado, e deputado pelo partido Solidariedade, agiu sem nenhum temor como porta-voz dos interesses capitalistas.

A CUT, braço do PT e CTB, do PCdoB, por sua vez, fizeram corpo mole diante do golpe em marcha. Permaneceram à espera que o governo Dilma amenizasse a violência da medida. Convenceram os assalariados de que era preciso achar no Congresso Nacional, chefiado pelos mafiosos Renan Calheiros e Eduardo Cunha, uma solução que atendesse tanto aos capitalistas quanto aos explorados. Não organizaram a luta contra a Lei 4.330/2004, que há 11 anos aguardava a votação. Não mostraram à classe operária de que se trata de um golpe nas leis trabalhistas que protegem minimamente os milhões de assalariados.

A CUT e CTB fizeram uma manifestação típica da burocracia colaboracionista no dia 7 de abril em frente à cova de ladrões e opressores do povo. Não serão algumas cenas de confrontos com a polícia que livrarão a CUT, CTB, PT e PCdoB da responsabilidade. Ficará marcado para sempre sua conduta de servilismo ao governo e ao Congresso Nacional, a cova de ladrões e de opressores do povo.

Mas a responsabilidade da burocracia sindical não pára por aí. A CSP-Conlutas, braço do PSTU, e a Intersindical, do PSOL, sempre foram absolutamente contra, mas se mostraram impotentes. Não foram capazes de reunir a vanguarda para uma campanha sistemática no seio dos explorados. Finalmente, ficaram prostradas diante da cova de ladrões e inimigos do povo. Ficaram sem ter o que fazer diante da traição da Força Sindical, da CUT, da CTB e dos demais aparatos do sindicalismo burocrático e pró-capitalista.

A burocracia centrista e a burocracia reformista – respectivamente da CSP-Conlutas e da Intersindical – fazem

alardes com o palavreado sobre os direitos trabalhistas, mas são incapazes de se unirem, promoverem e centralizarem uma resistência classista à ofensiva da burguesia, do governo Dilma e do Congresso Nacional. A CSP-Conlutas e a Intersindical também ficarão marcadas pela incapacidade e pela leviandade políticas.

Na cova de ladrões e inimigos do povo, parlamentares do PT, PCdoB e PSol estenderam uma faixa, que atravessou o plenário da Câmara Federal, com os dizeres de que a Lei 4.330 é o “Fim da CLT; Ataque aos Trabalhadores” e chama a “Votar Não”. Com a imensa hipocrisia, os parlamentares pretenderam mostrar à população assalariada que estavam contra, que não se colocaram ao lado dos burgueses velhacos e que defendiam os interesses da maioria explorada. Esses falsificadores que se cobrem com a bandeira do “poder popular” tiveram tempo e meios materiais para irem aos explorados defender a derrubada do projeto de Lei 4.330 nas ruas. Tinham tudo para denunciar os partidos da burguesia e a venal burocracia sindical. Nada fizeram. Esperaram o dia da votação para aparecerem como a minoria que votou contra.

A esquerda legalizada – PSTU e PSol (referimo-nos àquelas que têm de fato influência nos sindicatos), por sua vez, ficaram entrincheiradas nas inconsequentes denúncias. Não se dispuseram a orientar seu aparato sindical para organizar os trabalhadores e a juventude a resistirem, a denunciarem o parlamento burguês, a dizerem que é preciso organizar as forças da revolução e que somente com os métodos revolucionários se pode breicar o golpe em marcha contra as massas. Para ser justo, o PSTU levantou a bandeira de greve geral, mas como se tivesse saído das nuvens. Sua central não fez nenhum trabalho de ampla denúncia da traição da burocracia em andamento e não preparou a resistência de uma parcela da classe operária que poderia tomar a iniciativa em favor da greve.

Desde que Dilma assumiu o segundo mandato, instalou-se uma crise política. A direita burguesa comandada pelo PMDB, escorada pelo PSDB e rodeada pelo SD, PPS e outros lacaios, decidiu que era hora de tirar da gaveta todos os projetos reacionários. Eduardo Cunha e Renan Calheiros ditam a política do Congresso Nacional. A crise política abriu caminho para uma violenta ofensiva contra o proletariado e a maioria oprimida. Querem reduzir a maioria penal para criminalizar a juventude que se desintegra sob o capitalismo putrefato. Querem implantar a Lei antiterrorismo ditada pelos Estados Unidos, que se voltará contra os movimentos e

sua vanguarda combativa. A aprovação da Lei da Terceirização indica que a ofensiva da reação burguesa se dá em todas as direções: trabalhista, social e política.

É necessário imediatamente organizar a resistência. Vencer a passividade! Romper o colaboracionismo de classe! A Lei 4.330 ainda terá de ser votada no Senado. **Desde já, devemos levar aos locais de trabalho, às escolas, aos bairros e às ruas a bandeira de derrubada da Lei anti-operária. Fim de toda terceirização! Contratação direta de todos os terceirizados! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem redução dos salários! Escala móvel das horas de trabalho para acabar com o desemprego e incorporar toda a juventude ao trabalho!**

Para organizar a resistência e preparar as condições para a greve geral é necessário: 1) Que a CSP-Conlutas e Inter-sindical se unam em uma frente única de ação. Que superem a inércia política! Que convoquem imediatamente uma plenária nacional sob a bandeira: derrubar nas ruas a Lei da

Terceirização, PL 4.330. Que convoquem uma plenária da juventude sob a mesma bandeira; 2) Que se exija da esquerda cutista e petista a participação na frente única; 3) Que convoque a CUT e todas as centrais a romperem com o governo e com o Congresso Nacional; 4) Que os sindicatos convoquem assembleias para responder ao ataque da burguesia; 5) Que lance a campanha nas bases operárias e da juventude.

O Partido Operário Revolucionário se empenhará em construir a frente única pela derrubada da Lei antioperária!

Abaixo o golpe do governo, do Congresso Nacional e da burguesia contra a classe operária!

Organizemos o combate nas fábricas, escolas, bairros populares e ruas!

Somente a força organizada dos explorados sob um programa classista e revolucionário poderá quebrar a marcha da reação capitalista!

Deputado estalinista (PCdoB-PE) votou junto com a Força Sindical, Fiesp e parlamentares de direita no PL da Terceirização. O PCdoB vai expulsá-lo ou não? A classe operária rechaça todos os vendilhões!

Os explorados devem dizer não à redução da maioria penal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) liberou a PEC 171/93 para tramitação no Congresso. E a Comissão Especial criada com o objetivo de dar encaminhamento ao processo legislativo tem maioria favorável à redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A Frente Parlamentar da Segurança Pública – formada por ex-agentes do aparato policial-judicial e por reacionários convictos – conseguiu com o auxílio do evangélico e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, sacar da gaveta o projeto que lá estava desde 1993.

O que explica? A composição do Congresso Nacional pendeu para os conservadores, reacionários e obscurantistas. O governo de Dilma Rousseff não é capaz de levantar um dedo contra a PEC policial. O PT está desmoralizado pelos escândalos de corrupção. Tem se agravado a crise social e o quadro da marginalidade. A direita policial e fascizante aumentou sua força no PMDB, PSDB e DEM – os três maiores partidos da burguesia – e está inteiramente abrigada no PP e partidos evangélicos.

O PT, PCdoB e PSOL constituem a minoria parlamentar e são incapazes de travar a luta contra a reação por meio da luta de classes. O movimento dos direitos humanos em grande medida depende do governo Dilma e da bancada parlamentar minoritária desses partidos. O fundamental, no entanto, se encontra no fato de uma importante camada da classe média vir se deslocando para posições conservadoras e de direita e o proletariado se encontrar à margem dos grandes problemas nacionais (graças ao controle do PT e de sua burocracia sindical).

Os evangélicos contribuem arrastando um significativo contingente da população pobre para posições obscurantistas. A reação parlamentar, assim, não apenas se encorajou como levantou o queixo. Arvoram-se como soldados da segurança pública e da família. Encarnam as forças burguesas e pequeno-burguesas

que têm a criminalização e a violência policial para sufocar a crise social. São bem conhecidas suas teses de que a criminalidade e a violência são inerentes aos seres humanos. Nada ou pouco têm a ver com tais manifestações a brutal exploração capitalista do trabalho, o desemprego, a miséria e a fome.

Bastam os contundentes acontecimentos de roubo a mão armada e assassinatos praticados por crianças e adolescentes e as demonstrações estatísticas de que cresce o número de menores agressores para que avulte a mentalidade policial de que a causa está na impunidade. Assim, cabe ao Estado tratar com mãos de ferro os jovens que se desviam para o crime. Oculta-se com a criminalização das violentas manifestações da crise social as raízes da brutal exploração do trabalho e da opressão de classe.

Os explorados e a juventude devem combater a PEC 171, rechaçar os policiais investidos da legislatura e combater sem trégua a reação burguesa e pequeno-burguesa fascizantes. A matança promovida pela polícia e por seus grupos paramilitares é a prova de que existe informalmente, no Brasil, a pena de morte. Inteiramente voltada para miseráveis, pobres e em especial para os negros. A polícia assassina, racista e corrupta é venerada por aqueles que pretendem criminalizar a juventude oprimida. Trata-se de levantar a bandeira de defesa da juventude contra a violência capitalista do desemprego, da miséria, da fome e da ignorância. O programa proletário para a crise social é de luta pelas reivindicações que de fato protegem os explorados e pelos objetivos históricos de destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Abaixo a PEC policial 171! Em defesa da juventude contra o capitalismo em decomposição! Toda proteção social às crianças e adolescentes perante os exploradores e seu aparato repressivo! Acabemos com o capitalismo que desaparecerá a criminalidade!

Professores-SP

Com 60 mil professores, a assembleia do dia 10 de abril, aprovou a continuidade da greve e nova assembleia para sexta-feira, dia 17. A passeata se dirigiu ao Palácio dos Bandeirantes. Havia expectativa da direção do sindicato de que representantes do governo recebessem a comissão, constituída de deputados e dirigentes sindicais. Era um alarme falso. A comissão ficou por mais de uma hora no portão do Palácio, que permaneceu trancado. Os milhares de professores, que tinham decidido permanecer no local à espera da suposta reunião com o governo, resolveram continuar a passeata até a sede da Rede Globo. Foram horas de caminhada, com palavras de ordem de protesto contra as mentiras da Globo em relação a paralisação, que atingia 29 dias.

O autoritário governador está apostando no desmantelamento da greve em função da sua longa duração e das ameaças diárias contra os grevistas, os comandos de greve e a Apeoesp. Contrariamente, à brutal violência policial usada para conter as manifestações nas greves passadas, Alckmin não reprimiu o protesto no portão do Palácio. Deixou que milhares chegassem ao local, mas manteve a intransigência de não negociar com o sindicato. Conta para isso com os grandes meios de comunicação, que falsificam os dados da greve, mentem sobre as gigantescas manifestações e escondem os bloqueios de estradas, avenidas e marginais da capital.

Diante da truculência deliberada do PSDB de quebrar a greve dos professores para servir de exemplo ao funcionalismo, que ensaiam paralisar as atividades, não há outra via senão radicalizar a greve. O que implica: ampliar a greve, criar um só movimento de professores, pais e estudantes, fortalecer os bloqueios e preparar a ocupação massiva de um órgão público. Lamentavelmente, as direções do funcionalismo não convocaram as assembleias para a greve. Sindicatos, como a Afuse (mesma corrente política da diretoria da Apeoesp/PT), que dirige os funcionários de escolas, rejeitaram a proposta de greve unificada com os professores. Acaba sendo a escora para o governador desmantelar a paralisação das unidades escolares.

A Corrente Proletária atua na greve defendendo a sua radicalização. No dia 10, interveio na assembleia com a linha política expressa no boletim que publicamos abaixo.

Avançar para impedir que Alckmin derrote a greve

Organizar uma gigantesca manifestação de pais, estudantes e professores em defesa do ensino público e gratuito

Quebrar o silêncio comprado dos meios de comunicação por meio dos bloqueios massivos

Impor as reivindicações que unificam os grevistas e os explorados

A greve está chegando ao trigésimo dia. Alckmin está firme no propósito de não ceder um centavo e de não conceder nenhum benefício aos milhares de professores contratados. O Secretário da Educação não decide nada, é um fantoche do PSDB. As assembleias estão radicalizadas, mostrando a grande disposição dos grevistas de enfrentar Alckmin para conquistar as reivindicações. O bloqueio da Av. 23 de Maio, no dia 2 – véspera do feriado, expressou a garra dos grevistas, apesar dos apelos da diretoria da Apeoesp de que a tropa de choque estaria presente. Não havia alternativa para o governador diante de uma passeata extraordinária, que era aplaudida pelos moradores, comerciantes e transeuntes, senão a de disfarçar sua sanha repressiva. Certamente, sua tática de derrotar a greve pelo cansaço ainda impera. Mas isso tem limites para um governo autoritário que está no comando do maior estado

policial do país. Aí se encontra o destino da greve. Ou o movimento avança para impor derrota à política de Alckmin, ou a greve chegará a um impasse e desmoronará.

A Corrente Proletária trabalha pelo avanço da greve, que implica ampliar cada vez mais a paralisação das escolas, unificar de fato com os pais e estudantes nas ruas, nos comandos e nas assembleias e soldar a unidade grevista com o funcionalismo. O apoio dos pais e estudantes é uma peça chave. Alckmin ainda se sente confortável porque os pais e alunos não saíram organizadamente em defesa da escola pública e pelo atendimento das justas reivindicações da greve. A proposta de constituição dos comitês de greve nos bairros é de extrema importância para consolidar a unidade dos grevistas com os que necessitam da escola pública. A luta por salário, emprego e condições de trabalho e ensino constitui o elo da greve com os

explorados, que são golpeados pelo desemprego, pela miséria salarial e precarização crescente da educação.

Aprovemos:

- 1) Uma nova assembleia na Av. Paulista;
- 2) Que cada escola organize os pais e alunos para a passeata conjunta com os professores;
- 3) A constituição dos comitês de greve nos bairros para que os explorados participem organizadamente da defesa da escola pública.

Abaixo a multa imposta à Apeoesp

No Brasil não há lei de greve. Não há direito democrático de manifestação dos trabalhadores. O que há são leis represivas contra os sindicatos em luta e contra os trabalhadores que saem às ruas em defesa de direitos elementares, como salário e emprego.

Alckmin exigiu que a Justiça punisse a Apeoesp. Impôs uma multa diária de 100 mil reais. Criminalizou o sindicato porque pediu apoio aos pais para que não mandassem seus filhos às escolas. Os governos e os capitalistas, por qualquer razão, punem os sindicatos e os lutadores. Têm para isso a Justiça e a polícia.

Nenhum tostão do sindicato para pagar multas!

Abaixo a lei antigreve!

Pelo direito irrestrito de manifestação e de greve!

Quebrar o silêncio comprado dos meios de comunicação

Os professores e os explorados estão surpresos com a safadeza dos grandes meios de comunicação. Nessa semana, a enorme manifestação da Av. 23 de Maio foi acobertada pela imprensa. O Jornal O Estado de São Paulo, instrumento do PSDB, dá o tom de desprezo ao movimento, que é seguido por outros jornais e emissoras de TV. Falsificam os dados da greve, mentem descaradamente e criminalizam os movimentos sociais que lutam por emprego, salário, moradia e educação. Tudo porque vivem à custa do dinheiro dos capitalistas e de seus governantes.

A única forma de quebrar esse silêncio comprado é potenciando a greve e suas manifestações coletivas.

Vencer o obstáculo do corporativismo das direções. Exigir assembleias para aprovar a unidade com os professores em greve

Uma greve longa e isolada é um perigo. Alckmin se apoia na longa duração e no isolamento da greve. Isso é mão cheia para o governador derrotar a greve. Desde as primeiras assembleias, a Corrente Proletária tem apresentado proposta de quebrar o isolamento por meio do chamado de unidade com os

demais funcionários, a exemplo dos que trabalham na escola, os da saúde, etc. Mas o que vemos é a negação das direções sindicais.

A direção da Afuse (sindicato dos funcionários de escola) rejeitou a proposta de assembleia e de unidade com os professores. Sua conduta foi a de isolar a greve que ocorre nas escolas. Com isso, permitiu que os funcionários fossem usados como instrumentos para o funcionamento das unidades, como determinam os mandantes da Secretaria da Educação. As demais direções do funcionalismo público continuam adiando as paralisações. A postergação da luta, quando milhares de profes-

sores estão há quase um mês em greve, contribui para que o governo atue para quebrar a greve.

O peso do corporativismo das direções sindicais é o maior inimigo do avanço do movimento. O combate ao corporativismo para avançar a greve é uma tarefa essencial para derrotar a política autoritária e antieducacional do governo do PSDB.

Que as bases do funcionalismo pressionem suas direções, exigindo a

convocação imediata da assembleia e aprovação da unidade grevista do funcionalismo público.

Governos avançam contra os direitos trabalhistas Fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados

Nessa semana, o Congresso Nacional (bando de ladrões) aprovou o PL 4330. Agora, os patrões e os governantes terão as mãos livres para impor a terceirização em todas as atividades das empresas e dos serviços públicos. Nas escolas, a terceirização avançou no trabalho da cozinha, da limpeza e nas atividades gerais da administração. Agora, os governadores e prefeitos poderão contratar empresas terceirizadas para todas as funções das unidades escolares.

Os deputados da oposição burguesa, juntamente com os sindicatos ligados à Força Sindical (Paulinho e seus comparsas) comemoram o avanço da terceirização, com o discurso mentiroso de que é a via para a manutenção dos empregos. Do lado de fora do Congresso, a CUT, MST e UNE (petismo sindical) realizaram uma manifestação de rejeição ao PL, mas nada fizeram para paralisar as fábricas e constituir um massivo movimento de greve para a sua derrubada. Apesar da repressão, predominou o discurso ao invés das ações concretas. Essa via de “pressionar” os parlamentares no dia da votação é a da derrota dos trabalhadores.

A assembleia dos professores deve rejeitar a terceirização e defender a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

Pela Vitória da Greve!



Paraná

Greve no Paraná: colaboracionismo da burocracia petista não elimina possibilidades de enfrentamento ao governo

A greve do funcionalismo paranaense foi uma reação à truculência com que o governo tentou arrancar direitos dos trabalhadores. As gigantescas manifestações das bases obrigaram a direção da APP (sindicato dos professores e funcionários das escolas de ensino médio e fundamental) a encabeçar o movimento, para não ser atropelada. Detrás dos professores da rede, posteriormente, se enfileiraram outras categorias, como a dos servidores e professores das universidades, do DETRAN, etc.

A contundência da revolta e a ocupação da Assembleia Legislativa impediram que o parlamento fantoche retirasse, no tratorado, os direitos dos servidores. Mas, logo depois, mediante os ofícios do seu líder na assembleia, o governo costurou a colaboração da APP, que dirige o Fórum das Entidades Sindicais, para encerrar a greve e reapresentar o que estava no centro do pacote de fevereiro: colocar a mão nos recursos do fundo previdenciário para cobrir o rombo nas finanças do estado.

Contou também com a ativa colaboração da burocracia do ANDES no Estado para encerrar a greve nas universidades. Estas, nem bem os professores da rede haviam deliberado na sua assembleia o encerramento da greve, já estavam “negociando” um “Termo de Compromisso” semelhante ao assinado pela APP. Forçaram dessa forma a liquidação da greve numa conjuntura extremamente favorável à sua continuidade, pois o governo estava na defensiva, as bases dos outros sindicatos insatisfeitas e dispostas a continuar no movimento, e começavam também a estourar diversos escândalos denunciados pelo Ministério Público, envolvendo o governo Beto Richa.

O que se viu posteriormente foi a continuidade do colaboracionismo da APP. Retiradas todas as outras propostas de liquidação de direitos, sobrava a questão da ParanáPrevidência, quer dizer, a utilização de oito bilhões de reais da poupança dos servidores (pois os governos desde Jaime Lerner nunca colocaram a parte patronal e nem toda a arrecadação oriunda dos servidores) que supostamente deveriam capitalizar-se para cobrir as aposentadorias dos trabalhadores.

Na captura desse recurso, a APP colaborou ativamente com o governo acobertando que mediante a nova proposta, Beto Richa estava conseguindo meter a mão naquele fundo do mesmo jeito. Pois, se antes tentou extinguir o fundo previdenciário para dispor do dinheiro, agora está passando a conta de 33.000 aposentados para serem pagas com aquele recurso, desonerando o estado duma despesa de 142 milhões de reais por mês.

Numa audiência pública “chapa branca” convocada pelo governo para discutir a nova proposta sobre a previdência, uma dirigente da APP teve a desfaçatez de declarar publicamente que os 142 milhões que o governo pouparia mensalmente, repassando a conta dos 33.000 aposentados ao fundo previdenciário, permitiriam pagar a reposição salarial deste ano, provocando a estranheza até de deputados e a ira dos

servidores. Estava porém entregando o conteúdo da negociata feita pela APP com o governo: apoio da APP à proposta do governo de botar a mão no fundo previdenciário em troca da reposição.

Sobre a previdência dos servidores do Paraná

As aposentadorias dos servidores públicos estão sob ameaça desde a sanção da nova constituição federal. No dia seguinte à aprovação da CF, já se levantavam propostas para acabar com as aposentadorias integrais e se propunha adoção do sistema de capitalização e dos fundos complementares com delimitação de um teto, à semelhança dos segurados da previdência social (INSS).

Em 1998, o governo Jaime Lerner (PFL) implantou pela primeira vez no país o modelo que seria seguido por outros estados. A ParanaPrevidência se compôs com um Fundo Previdenciário de capitalização, constituído pelas contribuições mensais dos servidores e pelo governo em igual proporção de 11% – sem limitação ou teto – de um lado, e por um Fundo Financeiro custeado diretamente pelo tesouro estadual responsável pelo pagamento dos benefícios dos servidores já aposentados ou que ingressaram no serviço público antes de 1998. A gestão por um ente semiprivado controlado pelo governo teve a resistência do funcionalismo mas foi finalmente implantado. O valor dos benefícios é igual ou próximo ao último salário na ativa e, em algumas condições, garante-se ainda a paridade com os servidores da ativa.

Em 2012, o governo Beto Richa fez uma primeira “alteração de massa”, como se denomina a transferência de um contingente de segurados de um fundo para outro. Passaram para o fundo financeiro (tesouro do estado) todos os segurados que ingressaram no fundo previdenciário (de capitalização) desde 1998 até 2003. Este contingente teria seus benefícios previdenciários assegurados pelo tesouro como compensação das dívidas acumuladas pelos sucessivos governos anteriores e atual. Agora, com a crise financeira, o que o governo está propondo é “devolver” para o fundo previdenciário 33.000 aposentados que terão suas aposentadorias pagas com a poupança dos servidores.

A consequência dessa transferência de massa é que o equilíbrio do fundo previdenciário fica comprometido em menos da metade do tempo previsto, o que obrigará certamente a realizar novas mudanças seja no custeio, aumentado a contribuição dos servidores, seja nos benefícios, reduzindo-os ou dificultando ainda mais o acesso a eles.

Ademais, e agora contando com a colaboração dos sindicatos do Fórum dos Servidores, o governo regulamentará alteração na previdência para os novos servidores que ingressarão ao estado, cuja aposentadoria ficará limitada ao teto do INSS, criando-se com isto uma nova categoria de servidores.

A formulação deste regime próprio teve até agora como protagonista apenas o governo, que mudou as regras sempre que precisou meter a mão nos recursos previdenciários. Durante a greve deste ano porém, o pacote do governo ajudou a colocar no centro das discussões esta situação e, hoje, tornou-se um divisor de águas no posicionamento dos sindicatos e dos servidores. A APP e seus satélites apoiam a segregação de massa e a alteração da previdência para os novos servidores. As universidades e outras categorias se opõem. As seções sindicais do ANDES divulgaram uma avaliação do movimento em que afirmam que esta segregação de massa seria “... bastante razoável”.

Está ausente ainda a defesa da *aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço custeada inteiramente pelos capitalistas e seu estado*. A regra hoje mescla o tempo de contribuição com a idade e esta restrição não é questionada. Os sindicatos tampouco questionam a contribuição dos servidores, mas, a continuidade do conflito abrirá possibilidades para se avançar na formulação desta bandeira, pois, de modo prático, os servidores estão confrontados com um ataque que os obrigará a defender as suas condições de existência, pois, certamente, estas alterações não serão as últimas.

Rondônia

Burocracia do Sintero desmonta a greve em seu primeiro dia

Temos denunciado sistematicamente a posição da direção do Sintero na campanha salarial dos trabalhadores da educação do município de Porto Velho. Desde o início de março, ao adiar a aprovação da greve, dando mais tempo à prefeitura, sabíamos que se montava uma farsa entre o governo e a direção para enterrar a mobilização que existia na rede desde o final de 2014, quando ocorreu uma assembleia com a pauta de reivindicações para 2015.

Foram três assembleias para definir a pauta: uma em dezembro, uma em fevereiro e a última no início de março. A enrolação com os pontos da pauta, que tinha como centro o reajuste salarial de 24,6%, indicava já a predisposição da burocracia. As “reuniões de negociação” sem a greve, sem a paralisação das escolas representavam a colaboração com a prefeito Mauro Nazif e seus asseclas (inclusive, vereadores do PT e do PCdoB). Depois da assembleia de 12 de março, quando a categoria rejeitou a esmola de 1% do governo, o próximo passo só poderia ser a greve. Entretanto, a direção marcou a nova assembleia apenas em 23 de março, para indicar a rejeição da categoria à prefeitura. Na verdade, o prolongamento das negociações serviu para trazer a esmola envornizada por uma gratificação. Em 23 de março, a direção montou um batalhão de burocratas, desde o presidente da CUT estadual até diretores de escola, passando por vereadores e a direção sindical, para mostrar a inviabilidade da pauta original, votada em 3 assembleias, e uma nova proposta: a aceitação dos 1% com o aumento de R\$ 160,00 em gratificações, com a incorporação de R\$ 80,00 reais nos salários-base em setembro. Uma traição aberta.

Depois do esvaziamento da assembleia e a posição resoluta dessa direção, foi marcada uma paralisação no dia da negociação da “nova proposta”, que não resultou no que a burocracia queria. A prefeitura se opunha a incorporar os míseros R\$ 80,00.

Continuidade do movimento

Na terça-feira, dia 14, haverá paralisações em várias universidades do Estado contra a proposta do governo de segregação de massa e por diversas outras reivindicações do movimento docente e de funcionários. Se se ampliar esta mobilização para outros setores, como o da saúde por exemplo, não se descarta que se caminhe novamente para um movimento geral no Estado.

Ademais, maio é o mês da data-base e já se espalham boatos de que o governo não teria como cumprir com a reposição integral das perdas inflacionárias. Se isto se confirmar, a perspectiva de uma greve geral se reforça. A questão decisiva, no entanto, não foi resolvida: a constituição de um comando unificado no plano estadual.

Contudo, em alguns setores do funcionalismo e nas universidades, vem amadurecendo a crítica à divisão e os esforços para se constituírem coordenações ou outros meios de centralização da luta que levem até um comando estadual. A resistência interna à orientação colaboracionista da APP dentro do Fórum das entidades indica que existe uma reação no sentido de buscar a unidade como consequência das jornadas de fevereiro.

Diante disso, foi aprovada a greve por tempo determinado no dia 1º de abril, voltando-se à pauta original. No entanto, essa greve só se iniciaria no dia 09. Mais uma manobra. Mais uma vez, a burocracia queria ganhar tempo e conseguir a miséria já estipulada. Frente a uma greve iminente, a prefeitura mandou um comunicado oficial ao sindicato, dizendo que pagaria os R\$ 160,00 e a incorporação dos R\$ 80,00 aconteceria não em setembro, mas somente em 2016 e com o condicionante de que o limite prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida não seja ultrapassado com essa incorporação.

Pois bem, no dia 09, primeiro dia de greve com assembleia, a direção defendeu o acordo da prefeitura e aprovou que a greve se manteria até o dia 10, sexta-feira, quando o prefeito deveria assinar o acordo. Desmobilizada, traída, enrolada, a categoria esvaziou a assembleia e a proposta foi aprovada.

A posição da burocracia do Sintero corresponde ao momento de crise financeira dos governos. Age no interior do movimento para legitimar o discurso que, diante dessa crise, os trabalhadores devem aceitar as migalhas que sobram do orçamento. Lutar por aumento salarial, por emprego, por direitos não corresponde ao quadro atual, seria uma luta em vão. Sem uma forte oposição no interior do sindicato, porque a Corrente Proletária/POR representa a única força de oposição à burocracia, os professores divididos não acreditam em sua própria força de derrotar as orientações gerais do Estado burguês diante da crise.

Continuar a denúncia sobre o papel traidor da burocracia, organizar a vanguarda na Corrente Proletária, fortalecer as reivindicações de emprego e salário são fundamentais diante dessa nova etapa da luta de classes. O combate aos planos governamentais e às burocracias sindicais devem se combinar para que os trabalhadores não arquem ainda mais com a crise econômica.

Fortaleza-CE: Boletim da Corrente Proletária na Educação**O governo Camilo Santana/PT ataca a educação**

Pelo cumprimento da lei do Piso e pagamento imediato dos 13,01%!

Por um piso salarial igual ao salário vital de R\$ 4.600,00 em início de carreira!

A crise do sistema capitalista impõe ao estado aplicar medidas de contenção. A situação se aprofunda e a tendência é de que o quadro venha a piorar ainda mais. Assim que assumiu o governo, o primeiro passo de Camilo Santana foi anunciar o corte no orçamento estadual (contenção de gastos com os serviços sociais: saúde e educação cuja perda foi de 20%) no custeio da máquina administrativa.

O Piso nacional foi reajustado pelo MEC em 13,01%, e o desejo da categoria é de que o governo Camilo Santana pague o imediatamente. Mesmo que o governador concedesse esse reajuste (coisa que definitivamente não quer), ele não reporia as perdas acumuladas no poder de compra dos salários. O aumento dos combustíveis, luz e impostos, além da volta com

força da inflação nos alimentos e transportes já corroem nossa remuneração.

A direção da Apeoc (Anízio, Reginaldo e Cia) faz corpo mole na Campanha Salarial deste ano e blinda o governo Camilo Santana/PT, no momento em que este ataca a educação anunciando corte de 20% na manutenção das escolas. Essa redução do repasse atinge em cheio o funcionamento destas e o nosso próprio trabalho em sala de aula.

Nós da Corrente Proletária na Educação denunciemos a posição da Apeoc de defender os interesses do governo e exigimos que se convoque a luta contra: arrocho salarial, péssimas condições de trabalho nas escolas, desmonte do ISSEC etc. Neste sentido é preciso reivindicar um piso salarial digno que atenda às nossas necessidades (não inferior a R\$ 4.600,00 no início da carreira), o combate contra a precarizações das relações de trabalho e a efetivação (*estabilidade no emprego*) de TODOS os professores de contatos temporários já!

Saúde**Balanço do V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde: Um encontro dominado pelo academicismo e reformismo**

De 27 a 29 de março, ocorreu no Rio de Janeiro o V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS). O contexto é de profundos ataques à saúde pública e às condições de vida das massas exploradas. Mais de 600 pessoas, de diversos locais do país se fizeram presentes. Seria uma ótima oportunidade para o movimento sair deste encontro fortalecido e organizado para frear a ofensiva reacionária de retirada de direitos. Porém, o encontro não teve este objetivo, privilegiou as discussões acadêmicas e as perspectivas de gerenciar e administrar o capitalismo em decomposição, eixo principal das propostas reformistas.

Estavam presentes o PSol (força predominante); PCB; PSTU; juventude do PSol; JCA (prestistas); setores do PT; FIP (Frente Independente Popular); integrantes de mais de 50 fóruns estaduais e municipais; sindicatos da saúde; ANDES-SN; Conlutas; MST; executivas de curso de medicina, farmácia, dentre outros; conselheiros de saúde; gestores; CEBES; e pesquisadores. A Anel estava ausente, mostrando o pouco peso dado pelo PSTU à atividade. A composição do evento era predominantemente pequeno-burguesa.

A defesa da política revolucionária

O Partido Operário Revolucionário atuou defendendo um programa proletário para a saúde. Montamos banca, divulgamos o folheto "A mercantilização e desnacionalização da saúde no Brasil", fizemos intervenções nos espaços possíveis, distribuimos um manifesto no primeiro dia e, no segundo, um documento de análise do documento-base proposto pelo cole-

giado da FNCPS para a plenária final. A única diferença programática, no Seminário, foi a do POR.

O eixo da intervenção do POR foi o balanço das teses do Movimento da Reforma Sanitária, reivindicado pelo FNCPS, de promover a progressiva estatização do sistema privado por meio do aumento do financiamento e da melhoria da qualidade do serviço público. Parte da melhoria da qualidade seria garantida pela admissão de trabalhadores apenas via concurso. Mostramos a origem estalinista das teses da Reforma Sanitária; apontamos que a trajetória do SUS comprova que em vez de estatização progressiva, assistimos à expansão do privado, consequência da coexistência entre o sistema público e privado. Defendemos que a luta consequente pelo fim da mercantilização se traduz na bandeira de estatização do sistema privado, sem indenização e criação de um sistema único, público, gratuito e sob controle operário.

Dirigentes da FNCPS tentaram dizer que concordavam, mas usavam outros termos, como o 100% estatal. Deixamos claro que são políticas distintas. Como pretendem que o sistema seja 100% estatal? Repetindo a utopia reformista da Reforma Sanitária. A Estatização, inclusive, pressupõe outro método de luta, a ação direta. Não se restringe aos marcos jurídicos e parlamentares.

Além disso, apontamos que com o pretexto de combater a terceirização, a bandeira atual da FNCPS combate os terceirizados, na medida em que, em nome do concurso público (que garantiria um serviço de "qualidade") concorda em demitir os atuais terceirizados. Assim, só devem ter emprego os que tive-

rem seu “mérito” comprovado pelos concursos públicos.

Tentaram também dizer que controle operário é o mesmo que controle social ou controle da classe trabalhadora. Denunciamos a farsa do controle social. A falsa paridade entre trabalhadores e setor privado/patronal pressupõe que o Estado é neutro. Além disso, os conselhos em geral servem para o governo legitimar suas políticas. Quando perde, simplesmente desconsidera as sugestões dos conselhos. O esforço em diluir o sujeito revolucionário era evidente. Explicavam, para combater o controle operário que “todo mundo é classe trabalhadora. Quem não é, é Capital”. Explicitamos que, no capitalismo, a classe antagonica à burguesia é o proletariado. Quando falamos em controle operário estamos tratando de espaços pautados pela independência de classe perante a burguesia, capazes de organizar e defender os interesses gerais dos oprimidos e explorados.

Academicismo

A estrutura do Seminário não foi pensada para garantir um amplo debate. Os componentes da frente estão acostumados a limar as divergências entre si, construindo um consenso de cúpula. Praticamente 2/3 do evento foi preenchido por mesas acadêmicas. No último dia, antes do GT ainda houve mais uma palestra. Com raras exceções, os palestrantes, mesmo de outros países, pouco falaram das lutas locais sobre a saúde, defendiam como modelo de sistema de saúde o SUS, do Brasil, idealizando este sistema que já nasceu privatizado.

Muitos se definiram como marxistas e falavam de socialismo. Não explicaram que professam o “marxismo” acadêmico, amputado, sem estratégia revolucionária. No lugar, colocam um socialismo abstrato. E, de última, se apegam aos limites definidos pela constituição burguesa. Ai de quem ousar propor um passo além. Daí a rejeição à estatização sem indenização ou à defesa da vida dos trabalhadores por meio da efetivação dos terceirizados, salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, escala móvel de trabalho e estabilidade no emprego.

O consenso das cúpulas

Os Grupos de trabalho começaram com cerca de 1h30 de atraso, além disso teve falas privilegiadas de integrantes da FNCPS. Aos participantes restaram as falas aligeiradas, sem tempo nem de apresentar por inteiro suas propostas. A plenária revelou-se como um espaço antidemocrático. No início, os organizadores disseram que não haveria votação, seria tudo por consenso. Os militantes do POR questionaram: quem decidiu? Onde está escrito? Como resposta, afirmaram que se tratava de uma “tradição”. Insistimos na defesa da democracia operária, da apreciação das propostas por maioria e minoria. Instalou-se um impasse. Como ir adiante sem haver consenso sobre a metodologia? Nesse momento todas as correntes se uniram contra o POR.

Representantes do PSol insistiram que não mencionaram em nenhum lugar pois já é tradição, todos estão acostumados. O PSTU fez a defesa de que a FNCPS era o que havia de mais

avanzado na esquerda brasileira do ponto de vista teórico, programático e que sua forma serve de exemplo para outros movimentos (o que é coerente com a proposta do PSTU de Consenso Progressivo em vários movimentos); o PCB aproveitou para dizer que as propostas do POR só se aplicavam ao momento em que o exército vermelho já estivesse formado, reforçando a concepção etapista de que o momento não é para agitar a bandeira de revolução proletária. Deve-se guardá-la para um futuro longínquo. O ANDES também fez uma fala para defender o método de consenso, prática que já denunciávamos no ENE, que mostra o avanço do burocratismo. Seu representante ainda disse que essa era a via para construir a unidade. Que a Frente defende os princípios da reforma sanitária e quem não concorda... completou com um levantar de ombros, sugerindo que se não concordamos deveríamos nos retirar. Professores que estavam com seus orientandos perguntavam escandalizados: “como minhas orientandas irão deliberar?” Mostrando o quanto transpõem para um espaço que seria de militância uma lógica hierárquica da academia. Insistimos que este método expressava um consenso de cúpula. Que a unidade na ação se constrói com liberdade de crítica e debate sobre as divergências. Sem nos convencerem, afirmaram que como já era uma tradição, manteriam o método do consenso, sem precisar votar. Assim se iniciou a plenária, violando a democracia operária.

Ao longo da plenária, nos inscrevemos para defender algumas de nossas bandeiras, mas o espaço não era propício para defesas e argumentações. Simplesmente o que não era consenso era pactuado em um cantinho ou era excluído. Premidos pelo tempo, chegou-se à simples exclusão, sem nenhuma justificativa, do que alguém havia destacado.

É importante ressaltar que não houve tempo por que a plenária foi planejada como um espaço para homologar o que já havia sido decidido pelo colegiado, expresso no documento base. O interessante é que o documento-base não foi submetido à plenária, como um consenso a priori. As duas horas previstas foram corroídas por grandes atrasos. Mesmo prolongando o tempo da plenária, poucas discussões efetivamente foram feitas. Chegou-se a um ponto em que já se aprovavam propostas incompatíveis, a toque de caixa. Até mesmo aprovaram a escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada de trabalho para garantir emprego a todos), sem redução dos salários. Vejamos se a FNCPS incorporará esta defesa em seus documentos, no próximo período. Ou se selecionará apenas aquilo que já estava acordado previamente.

A tarefa do POR, no movimento em defesa da saúde pública, é constituir frações revolucionárias no movimento sindical, estudantil e popular. Por essa via poderemos converter em força material a defesa de um programa proletário para a saúde, que vincule as necessidades mais sentidas das massas com a tarefa de sepultar o capitalismo. As resoluções aprovadas no V Seminário da FNCPS são um obstáculo, reforçam as ilusões no judiciário e nos métodos parlamentares. Não defendem efetivamente nem o fim da mercantilização da saúde, nem as condições de vida das massas.



Análise do documento “Em defesa do caráter público e universal da saúde e contra a saúde como mercadoria: rumo à internacionalização das lutas sociais” da Frente Nacional contra a privatização da saúde

O documento serve de manifesto a ser aprovado no V Seminário. Notamos que indica antecipadamente o que deverá ocorrer. Está aí por que é necessário uma análise e um posicionamento.

Alguns pressupostos são corretos: 1) que há uma “crise estrutural do capital” e que grandes grupos econômicos buscam na saúde uma fonte de lucro; 2) que tem havido um avanço da privatização “por dentro dos sistemas públicos de saúde em nível mundial”; 3) que o sistema público de saúde está sendo subordinado por grandes empresas do setor.

Também nos parece correta as observações específicas às condições da saúde no Brasil: 1) “um progressivo alargamento do setor privado da saúde por dentro do SUS”, “crescente precarização de seus serviços e desvalorização de seus trabalhadores”; 2) o governo vem “privilegiando o pagamento de juros da dívida públicas em detrimento das políticas sociais”; 3) o Estado tem apoiado a expansão dos planos e seguros privados de saúde; 4) os chamados novos “modelos de gestão” para o SUS objetivam viabilizar a estratégia empresarial para a saúde em seu conjunto; 5) a saúde pública passa a ser considerada como assistencialismo.

O documento carece de algumas conclusões fundamentais, decorrentes das premissas acima apresentadas. Eis: 1) O avanço da privatização é consequência natural do capitalismo. A “crise estrutural” não é a causa do fenômeno. Mas impulsiona deslocamento de capitais para os ramos que permitem maior lucratividade e que estão abertos a expansão dos negócios. Não por acaso, o sistema público de educação no Brasil também passa pelos mesmos caminhos da saúde. Como se vê, na raiz da decomposição da saúde pública e do grande investimento privado nesta atividade estão as leis que regem funcionamento do capitalismo. Estamos assim obrigados a reconhecê-las como premissas. A conclusão é que as leis econômicas do capitalismo, que se manifestam na fase de sua decomposição, inevitavelmente levam a burguesia a incorporar todas as funções públicas do Estado como fonte de exploração e lucro e os governos burgueses não têm outra saída, seja de direita ou de esquerda, senão auxiliá-la nesse objetivo. 2) Ao desconhecer a premissa fundamental, o documento se mostra inconclusivo e inconsequente. Equivoca-se ao supor a possibilidade de interromper a marcha da privatização interna ao SUS e de brecar o avanço da denominada mercantilização da saúde. Da mesma forma, não assinala que a expansão do capital estrangeiro na assistência à saúde é consequência do domínio imperialista sobre o Brasil. O interesse dos grupos estrangeiros que exploram o ramo da

saúde de investir no Brasil é o mesmo que o dos empresários brasileiros. A diferença é que são mais poderosos, impõem a desnacionalização e o saque. Neste aspecto, o documento é frágil e não dá a devida resposta.

Em uma palavra: cria-se a ilusão na possibilidade de uma reforma da saúde de maneira que o Estado separe com limites claros o sistema público do sistema privado. Admite a coexistência dos dois sistemas, separados e sem a hegemonia do privado sobre o público. Essa tese reformista não é capaz de organizar os explorados contra a marcha da privatização e da destruição da saúde pública.

O plano de reivindicações não atinge o processo de mercantilização da saúde. Não responde ao domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros. Levanta reivindicações pontuais, que deverão ser solucionadas no parlamento. No rol de reivindicações não há uma unidade intrínseca necessária a um programa de defesa da saúde pública.

Se se aceitam as premissas estabelecidas por nossa crítica, estamos forçados a levantar a bandeira de constituição de um Único Sistema de Saúde, Público e Gratuito. O que implica o fim do sistema privado. Está aí por que a luta estratégica parte da defesa programática da expropriação sem indenização e estatização do sistema privado de saúde. É parte desse programa a expropriação dos monopólios da indústria farmacêutica e química. O controle da saúde pública e da indústria deve passar para as mãos da classe operária e dos demais explorados. Eis o fundamento do programa proletário para a saúde, que como tal deve fazer parte do programa geral de expropriação da burguesia por meio de um governo revolucionário. O outro aspecto essencial do programa parte do vínculo entre as condições sociais da saúde e a exploração do trabalho. É necessário combinar as reivindicações da saúde com as reivindicações do trabalho: salário mínimo vital e emprego a todos. Somente a luta da classe operária contra a exploração do trabalho e a opressão capitalista sobre a maioria poderá colocar na ordem do dia um programa de defesa da saúde que de fato se contraponha às diretrizes burguesas. Se o movimento luta por esse programa, então as reivindicações conjunturais e específicas servirão de alavanca para o movimento das massas.

Essa é a nossa contribuição para o V Seminário da Frente Nacional contra a privatização da saúde.

Pelo fim da coexistência do sistema público e privado da saúde!

Por um sistema único, público e gratuito, sob o controle operário!

Manifesto aos participantes do V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde

O V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) ocorre em uma situação de crise econômica e, portanto, de profundos ataques aos trabalhadores. Um dos mais graves é a crescente mercantilização da saúde. O governo Dilma Rousseff mal iniciou e já desfechou duríssimos golpes com a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários (MPs 664 e 665) e escancarou o setor da saúde para o capital estrangeiro. Aprofundará a submissão ao capital financeiro, aos latifundiários e às oligarquias encasteladas no Estado.

A política de Dilma é a de descarregar a crise sobre os trabalhadores. A burguesia já ataca abertamente os empregos, os salários e direitos trabalhistas. As demissões assombram os assalariados. A alta do custo de vida corroem os salários.

A tarefa urgente é convocar e organizar a classe operária e demais explorados para se defenderem contra os ataques do governo e da burguesia. A luta por suas reivindicações os leva a se chocarem com a política burguesa de conjunto (governistas e oposicionistas).

Diante do desemprego, defender a escala móvel das horas de trabalho. Diante da precarização, a efetivação dos terceirizados, sem concurso público, com os mesmos direitos. Diante da alta do custo de vida, a escala móvel de reajuste. Diante da pobreza e miséria da maioria, o salário mínimo vital, calculado pelas assembleias nos bairros e locais de trabalho, de acordo com o que for necessário para o sustento de uma família de trabalhadores. Em nossos cálculos, o Salário Mínimo deve ser de R\$ 4.597,57.

O V Seminário deve relacionar a grave situação da saúde da maioria oprimida com a exploração capitalista do trabalho. A defesa da saúde pública exige que se levante o programa de reivindicações dos explorados, de combate à exploração e à política antipopular do governo. Deve rejeitar as teses que separam as péssimas condições de saúde das brutais condições sociais que esmagam a maioria.

Esse Seminário, para cumprir seu objetivo está obrigado a procurar as raízes sociais da decadência da saúde pública e do florescimento da saúde privada. Em resumo: os delegados aqui presentes têm o dever de analisar a saúde como expressão da sociedade de classe e compreender que nenhuma reforma no capitalismo edificará uma saúde pública de acordo com as necessidades da maioria. As reivindicações particulares da saúde devem fazer parte do programa de reivindicação geral de defesa da vida dos explorados e de luta revolucionária pela destruição do capitalismo. O destino da saúde está vinculado à capacidade da classe operária dirigir um movimento contra a exploração do trabalho e pela revolução proletária.

Defender a saúde pública por meio da estatização, sem indenização do sistema privado e criação de um Sistema Único, público e gratuito, sob controle operário

O primeiro mandato de Dilma já teve uma política privatista para a saúde, com linhas de crédito, subsídios, avanço da

terceirização da gestão nos níveis municipal, estadual e nacional; privatização dos Hospitais Universitários via EBSEH; ataque à saúde indígena, entrega da Agência Nacional de Saúde ao controle direto do cartel dos planos privados. O segundo mandato mostra o aprofundamento deste caminho com a abertura do setor para o capital estrangeiro e as iniciativas do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de obrigar as empresas a garantirem plano privado de saúde aos trabalhadores, golpeando o SUS.

Não podemos combater a política do governo, utilizando a mesma política do PT antes de entrar no governo. A bandeira da “democratização da saúde” como parte da democratização do Estado ocultou o avanço do sistema privado e manteve as más condições do sistema público. Serviu à política de coexistência da saúde pública com a privada. Serviu para subordinar a saúde pública aos interesses dos monopólios privados. Esse Seminário deve rejeitar as teses reformistas sobre a saúde.

O reformismo é incapaz de enfrentar o poderio da indústria farmacêutica, fornecedores de equipamentos, rede hospitalar privada e grandes corporações que lucram vendendo “saúde”. Isso por que não se coloca pela expropriação sem indenização de todo sistema privado de saúde, incluindo os monopólios industriais. Ao admitir a coexistência entre os dois sistemas, advogando tão somente a melhoria do sistema público, o reformismo se submete à política de Estado ditada pelo grande capital.

Não basta denunciar os projetos de reforma Sanitária flexível e o privatista. É comum ouvirmos a bandeira “saúde não é mercadoria”. Mas como a saúde deixará de ser mercadoria? Com mais orçamento para “quebrar” a concorrência privada? A via da progressiva estatização do sistema por meio da ampliação dos recursos para o setor público é uma utopia reformista. Abre mão de combater a coexistência entre o sistema público e privado. A existência do setor privado determina a precarização do público.

Não haverá garantia efetiva do acesso universal à saúde enquanto ela for mercadoria. Sendo mercadoria, ela passa a ser regida pela tendência à concentração e monopolização. É necessário expropriar o setor privado de saúde, sem indenização, e criar um sistema único de saúde, integralmente público, gratuito e sob controle operário. Esta é a bandeira que liga a defesa da vida dos explorados com a necessidade de expropriar os capitalistas por meio da revolução social. Trabalhem para torná-la força material a ser empunhada pelas massas em luta.

Os trabalhadores da saúde também são golpeados com os baixos salários, jornadas estendidas, duplo emprego, perseguições e adoecimento. Uma política proletária para esta categoria implica defender o salário, o emprego, as condições de vida, buscando a unidade com os demais trabalhadores.

Defender o fim da mercantilização da saúde é defender a vida dos explorados. Quando a saúde se torna mercadoria,

quem pode ter acesso aos tratamentos adequados é quem pode pagar. Quem não pode, morre nas filas ou carrega as sequelas decorrentes do atraso no diagnóstico e tratamento. Mais do que isso, não dá para todos terem acesso à saúde em um regime de exploração, que suga ao máximo a grande maioria e ainda confina os trabalhadores e desempregados nas periferias, acumulando todo tipo de privações: de alimentação adequada, água potável, estrutura sanitária, dentre outras.

É hora de construirmos um programa proletário para a saúde. Um programa que vincule as reivindicações mais sentidas das massas com a estratégia da revolução proletária. Esta vinculação traduz uma conexão objetiva: a vida dos explorados está em choque com o regime de exploração.

Que o V Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde aprove a seguinte plataforma de lutas:

- Estatização do sistema privado de saúde sem indenização.
- Sistema único de saúde, integralmente público, gratuito e sob controle operário.

Fortaleza-CE: Crise do ISSEC:

Que o Governo assegure imediatamente atendimento médico e hospitalar aos servidores estaduais!

O ISSEC vem passando por um processo de desmonte. Desde novembro/2014 deixou de receber recursos do Governo do Estado e, por tabela, de repassar o dinheiro de contratos firmados com clínicas, médicos e hospitais. Os convênios foram suspensos e os servidores estaduais tiveram consultas, exames e tratamentos suspensos. Calcula-se em 150 mil o número de beneficiários do ISSEC que estão no prejuízo. O Vice-líder do Governo na Assembleia Legislativa, Dep. Júlio César Filho, disse que “O Ceará é o único Estado do Brasil a ter um convênio de saúde para os servidores estaduais”. O recado é claro: os servidores devem entender que o ISSEC é um enorme favor que o governo presta e se não mais vier a fazê-lo não estará sendo nem melhor nem pior que os demais governos. A forma como o ISSEC tem subsistido até aqui (e acumulando uma dívida milionária) é limitando o número de consultas e exames para cada servidor. O eterno tormento de como se virar a cada mês acompanha o funcionalismo estadual desde longa data. Deputados da oposição dizem que o governo tem dinheiro para tirar o ISSEC da crise e citam os R\$ 100 milhões que serão tomados de empréstimo para concluir o Aquário Oceânico. E isso é verdade, porém, o governo Camilo Santana é um governo burguês, eleito com apoio vital dos Ferreira Gomes e que administra segundo os interesses do empresariado. Reage diante da crise, que castiga a economia brasileira, anunciando contingenciamento de gastos, inclusive da saúde e educação. A falência do ISSEC e novos cortes não nos surpreende. O governo obrigará o funcionalismo, juventude e camponeses a pagar a conta da recessão. Contra tais medidas é preciso organizar a luta e impedir o desmonte do ISSEC.

Raízes da crise do ISSEC e como resolvê-la.

Se o governo pressionado pelo funcionalismo voltar a bancar o ISSEC como anteriormente. Teremos o mesmo

- Expropriação da indústria farmacêutica, estatização e controle operário da produção
- Definição do orçamento da saúde pelas organizações sindicais e populares
- Revogação da Lei nº 13.097/2015, privatista e antinacional
- Defesa do salário mínimo vital (que cubra as despesas de uma família de quatro pessoas), com valor definido pelas assembleias de trabalhadores; em nossos cálculos R\$4.597,57.
- Fim do desemprego por meio da redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho);
- Fim das terceirizações e contratos temporários por meio da efetivação dos terceirizados. Rejeitar o PL 4.330 que regula a contratação, protege os exploradores e amplia as terceirizações. Estabilidade no emprego;
- Em defesa de previdência única e pública para todos os trabalhadores. Fim da reforma previdenciária.

ISSEC de antes com seu cortejo de penúria e maus serviços. De novo o limite de consultas, exames etc. O ISSEC não é, a rigor, um convênio de saúde privado, mas particular. Porém, funciona de forma semelhante: os servidores contribuem, o governo complementa e assim se pode usufruir dele. Por que foi criado e por que os servidores estaduais se agarram a ele? Porque o sistema público de saúde está em frangalhos. Assim, não haveria necessidade do ISSEC, tal como de nenhum plano de saúde privado, se nosso sistema público de saúde atendesse a todos de forma digna. A situação do ISSEC está, dessa maneira, inversamente vinculada à situação calamitosa dos hospitais públicos. Quanto mais eles se aprofundam mais corremos para nos salvar no ISSEC. Agora a situação está mudando pois o governo e a crise exigem cortes. O ISSEC entrou na lista e o desmonte se aprofunda. Sem o ISSEC, o governo poupa e o professorado terá que se endividar com planos privados de saúde. Os que não o puderem recorrerão ao sistema público da saúde. Essa penosa situação só terá fim definitivo com a transformação radical do sistema pública. Com sua elevação a grau de qualidade o que só ocorrerá com o **FIM DA SAÚDE PRIVADA** e criação de um **ÚNICO SISTEMA DE SAÚDE PARA TODOS, PÚBLICO, GRATUITO e SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES** que atenda todas as classes da sociedade. Os donos de hospitais e clínicas particulares são os que mais lucram com convênios pagos pelo governo. Este não tem interesse em construir hospitais; prefere comprar vagas, consultas e tratamento e assim alimentar o lucro da saúde privada. Devemos exigir não apenas que o dinheiro público pare de ser dado aos capitalistas, mas que toda rede médico-hospitalar privada seja estatizada. **SAÚDE NÃO É MERCADORIA.**

Governo Camilo Santana, assegure o direito à saúde dos servidores!

Eleições DCE/USP: Responder com unidade na luta aos ataques de Zago/Alckmin

As eleições para a direção do DCE da USP deste ano ocorrem em meio ao maior ataque de precarização e privatização já sofrido por ela. A Corrente Proletária Estudantil fez chamados públicos desde mais de um mês antes das eleições para discussão de uma chapa que tivesse como programa a defesa de uma resposta à crise da USP por meio da unidade dos três setores na luta contra o conjunto de medidas de Zago/Alckmin. Diante da ausência de resposta das correntes, construímos com estudantes independentes a chapa “Poder Estudantil”, que tem como programa exatamente a defesa de uma resposta coletiva à crise da USP.

Denunciamos primeiramente as condições de disputa dessas eleições, impostas pela maioria dos C.A.s dirigidos pelas correntes dirigentes no DCE (PSol/PSTU). A abertura das urnas dois dias após uma semana de feriados obstaculiza o debate e a discussão de programas. Favorece que os aparatos dos partidos que controlam o DCE e C.A.s tenham vantagem sobre quaisquer correntes opositoras. Os mesmos PSol e PSTU que reclamam nas eleições burguesas de serem excluídos dos debates e sofrerem com a discrepância do poder econômico, impõem a realização de eleições para o DCE com predomínio dos aparatos. A riqueza dos materiais distribuídos, impressos em cores e em papel diferenciado, mostra o peso desses mesmos aparatos. Uma eleição democrática deveria contar com semanas de debates, que deveriam ser garantidos pela direção inclusive com a reprodução dos programas de todas as chapas. Assim a votação expressaria a real penetração das ideias de cada corrente entre os estudantes. Mas isso só poderia ser feito por uma direção que estivesse disposta a enfrentar choques e atritos (portanto perder votos) na defesa de um programa que expressasse as reais necessidades dos estudantes, e não as necessidades de conciliação com setores da burocracia, a serem apresentadas como conquistas, quando na verdade são calabocas. Uma direção de luta e democrática garantiria eleições de fato democráticas, e aqui não é o caso. Nem de longe.

Por que uma chapa de oposição

Na direção do DCE desde 2011, a frente PSol/PSTU comparece nestas eleições com a chapa Manifesta. Essa direção foi testada e reprovada no ano passado diante do maior ataque à universidade pública e gratuita. Primeiro, tratou Zago como aliado, montando-lhe palanque para receber os estudantes ingressantes em 2014. Segundo, não convocou nenhuma assembleia estudantil para discutir e decidir o que fazer diante da nova reitoria e do anúncio de seu plano de cortes diante da chamada crise orçamentária. Terceiro, sabotou as iniciativas de C.A.s que organizaram assembleias conjuntas para responder à crise. Quarto, diante da greve deflagrada por funcionários e professores, chamou uma assembleia relâmpago para votar apenas e tão somente uma greve de apoio passivo dos estudantes aos funcionários e professores. Quinto, no mês de julho, boicotou totalmente a greve, não participando de assembleias, comandos ou manifestações. Sexto, em agosto, quando resolver reaparecer, passou a enviar representantes da gestão às assembleias, comandos e atos. Note-se que são 533 diretores eleitos, mas menos de 20 estiveram presentes no dia-a-dia da greve (observe-se que as campanhas eleitorais dos candidatos de PSol/PSTU se mantiveram a todo vapor). Sétimo, diante do

fim da greve, sabotou o comando de mobilização aprovado em assembleia. Oitavo, desde o início do ano, diante da intensificação das consequências dos cortes de Zago/Alckmin sobre a permanência, creches, hospital etc., não convocou nenhuma assembleia, nem mesmo as exigidas pelo estatuto.

Diante da demonstração cabal da incapacidade da frente PSol/PSTU em responder à mais grave crise da USP, fica provada a necessidade de uma nova direção. Criticamos aqueles (MNN e LER) que só montaram chapas por não serem aceitos na chapa da situação, e que ficam implorando pela unidade com quem sabota o movimento. Se avaliam que a atual direção é adequada à luta estudantil, que a apoiem. Sectarismo é montar outra chapa quando se avalia que a atual direção serve.

Quanto ao programa da Manifesta: chega a ser hipócrita a defesa do “fortalecimento dos fóruns deliberativos, onde os estudantes possam indicar por si próprios os caminhos de suas lutas.” Ora, quem é que não convoca as assembleias para que os estudantes possam apresentar suas propostas, discuti-las e colocá-las em prática? São justamente as correntes da Manifesta que dirigem o DCE e a maioria dos CAs!!!

Quanto à crise da USP, limitam-se a pedir a abertura do livro de contas, mais verbas, contra a precarização, por mais contratações e a realização de eleições diretas e de uma estatuinte. Tudo sob o governo da atual casta burocrática privatista e submetida ao governo/capitalistas.

As contas da USP têm de ser abertas e investigadas sim. Mas por QUEM? Pelos mesmos corruptos que a quebraram financeiramente?

A USP deve ter real autonomia e democracia universitárias. Mas como um congresso estatuinte sob o poder da burocracia autoritária poderá mudar isso? Em todas as experiências de estatuinte realizadas sob o poder da burocracia, elas não passaram de um monte de palpites que a casta aceita ou rejeita arbitrariamente. O movimento de 2013 deu a resposta ao problema do poder: uma universidade sem reitor, um governo tripartite de mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Somente derrubando do poder a burocracia será possível construir um estatuto que reflita a democracia e autonomia universitárias.

Por que rejeitar a chapa petista Compór e Ouvir

Os petistas se organizaram numa chapa para disputar a direção do DCE da USP. Incrivelmente, seu programa não responde à crise orçamentária e as medidas de Zago/Alckmin. É um amontoado de afirmações de senso comum que objetiva ganhar votos de todo tipo. E um ataque aos métodos de luta próprios do movimento estudantil.

Esta afirmação de seu programa é um verdadeiro delírio: *“Enquanto o movimento estudantil se digladiava em assembleias gerais, as políticas universitárias só avançavam na elitização e desmonte da USP, na implantação de fundações e no uso da estrutura pública para fins privados por meio de um projeto neoliberal de educação.”* QUE ASSEMBLEIAS GERAIS? Não houve uma única assembleia geral desde o fim da greve dos funcionários no ano passado!

A sua defesa do chamado “Projeto Popular para o Brasil” a submete à estratégia do governo burguês de coalizão petista com os partidos oligárquicos, à sua defesa. Está aí a explicação

de por que não pode levantar a resposta aos ataques privatistas e de precarização: o governo federal, que a chapa defende, realiza ataques da mesma natureza nas universidades federais!! E favorece amplamente o ensino privado, que só lucra cada vez mais às custas de bilhões e bilhões em subsídios!

A chapa Poder Estudantil, ao contrário, defende que a luta contra os cortes de Zago/Alckmin deve se ligar às lutas gerais em defesa da universidade pública, e à luta pelo FIM DO ENSINO PRIVADO, por meio da estatização sem indenização das universidades privadas e seu controle coletivo pelos que estudam e trabalham.

As chapas da LER (Do Impossível ao Inevitável) e MNN (Território Livre) não são oposição de fato à atual direção

É preciso lembrar que a manobra de levar os estudantes a uma greve passiva de apoio aos funcionários e professores e desarmar a possibilidade de luta conjunta dos três setores foi realizada pela direção do DCE com apoio de LER e MNN. Essa grande frente se colocou como obstáculo à luta conjunta contra o conjunto dos ataques de Zago/Alckmin. Ao final da greve, foram LER e MNN que desmontaram o comando de mobilização, que tinha sido aprovado na assembleia contra a vontade da direção PSol/PSTU.

Ambos sonhavam com uma chapa de unidade com parte da atual direção, mais precisamente o PSTU. Mas este preferiu manter seu relacionamento com o PSol, ainda que em condição subalterna.

O programa da LER (Do Impossível ao Inevitável) é um amontoado de lugares comuns, envernizado com discurso esquerdista. Coloca-se em seus objetivos gerais alinhado com as chapas do PT, PSol e PSTU: a defesa da estatuinte como meio de resposta às necessidades da maioria na universidade. Assim, constitui-se como parte do mesmo bloco que não rompe com o poder da burocracia e portanto com o controle do governo e da burguesia sobre a universidade. E sua bandeira de “cotas, rumo ao fim do vestibular” é uma fantasia: as cotas não alteram em um milímetro o número total de vagas oferecidas, mantendo assim a exclusão da maioria negra da universidade. Apregoar as cotas como um passo progressivo para aumentar as vagas é falso. E reformismo. O mesmo reformismo que admite que a universidade burguesa “produza conhecimento”, e que deve servir aos trabalhadores. Não. A universidade burguesa não produz conhecimento. É repetitiva, memorística, fragmentada, decorativa, desvinculada da realidade social. Não se trata de defender uma universidade a serviço dos trabalhadores, mas uma nova universidade, controlada diretamente pelos trabalhadores, que estarão também com o poder político e econômico.

O programa do MNN (Território Livre) critica as correntes que pretendem reformar a universidade, mas não consegue escapar do reformismo. Sua proposta de criação de uma universidade paralela, apregoando a possibilidade de romper com a separação entre trabalho intelectual e manual sem tocar na propriedade privada dos meios de produção, é reformista e utópica. Mas serve ao objetivo estratégico que o MNN assimilou do estalinismo, o chamado “Poder Popular”, que nada mais é que um governo que pretende ser construído nos marcos do sistema capitalista.

A coletivização dos meios de produção, que se fará com a revolução socialista, é que permitirá uma nova universidade,

em que os trabalhadores, dentro dela, estabelecerão a unidade entre teoria e prática. E o governo operário e camponês, produto da revolução social, não será construído a partir de pólos de resistência externos à produção social (como seria a universidade paralela do MNN), e sim da expropriação da propriedade privada dos meios de produção pela classe operária, e não por nenhuma outra, ou pelos estudantes.

O PCO grita de fora

A chapa Autonomia Universitária, do PCO, critica a atual direção do DCE (PSol/PSTU) por não organizarem o movimento estudantil. No entanto, diante de um movimento concreto na USP, a greve de quatro meses de funcionários e professores, não produziu sequer um único boletim para distribuir. Também o PCO priorizou a campanha eleitoral que estava em curso. Quem não participa, vai falar externamente.

Diante dos ataques de Zago/Alckmin contra a universidade, sua prioridade foi a de convocar amplamente o ato pró Dilma de 13 de março. Diga-se, retirando de seu cartaz as bandeiras que defendiam reivindicações que se chocavam com o governo, como a luta contra as MPs 664 e 665, que atacam direitos.

O PCO tenta se potenciar criticando a direção do movimento, mas de fora para dentro.

A direitista USP INOVA

A chapa USP Inova é a chapa da reitoria, dos partidos de direita (PSDB, DEM), que defende a política de cortes de gastos de Zago/Alckmin, terceirizações, parcerias público-privadas etc. É a política privatista da casta burocrática que governa autoritariamente a USP. Não fazem parte do movimento estudantil (rejeitam as assembleias gerais e métodos de luta coletivos). São uma excrescência nessas eleições. Um movimento estudantil mais politizado e mobilizado sequer abriria a possibilidade de uma chapa de fora do movimento concorrer.

Por uma direção revolucionária para o movimento estudantil, vote e lute com a Poder Estudantil

Os estudantes são um importante setor social. Na maior parte vêm da classe média, pois a juventude proletária está em sua maior parte excluída da universidade pública. O movimento estudantil pode ser um importante aliado da classe operária na luta pelo socialismo. Mas, para isso, precisa de uma direção que expresse a necessidade da unidade da luta dos que estudam e trabalham na universidade com o proletariado, contra a burguesia e seus governos. Somente a política da classe operária pode responder às necessidades dos estudantes, funcionários e professores não ligados à burocracia. São os métodos de luta dos explorados contra os exploradores, a aplicação de sua democracia operária, a tomada de lado junto aos explorados contra os exploradores (isso é a real autonomia universitária, que não tem nada de neutra), que podem estabelecer essa unidade e avanço no sentido da destruição da universidade burguesa deformada e cavernária, para uma nova universidade, fruto de uma nova sociedade, socialista.

Na situação atual, a necessidade dos que estudam e trabalham é a de responder à crise da universidade, que é parte da crise geral do capitalismo. Não há resposta a ela dentro dos marcos da chamada democratização, preservando o poder da casta burocrática. A impossibilidade econômica de oferecer migalhas anula a política de conciliação defendida pelas correntes pequeno burguesas democratizantes.

Bahia: Manifestação e debate mobilizam contra os cortes

Oposição Sindical organiza debate sobre a crise na UFBA

A Oposição Sindical à direção da APUB promoveu um debate no dia 07/04 com o tema “UFBA em alerta: crise nas instituições de ensino superior”, que contou com a presença de representantes dos docentes da UFBA, das estaduais em estado de greve, do DCE e do vice-reitor. A ASSUFBA, sindicato dos técnico-administrativos, não compareceu.

Em nossas intervenções, deixamos claro o papel subserviente da reitoria em relação ao governo, ao sequer questionar o corte no orçamento das universidades. Cumpre fielmente os objetivos do governo com o ajuste fiscal ao aplicar as medidas de caráter neoliberal na universidade. Descarrega o corte sobre o setor mais precarizado da universidade, que são os trabalhadores terceirizados, ameaçados de demissão.

Cabe destacar o apoio declarado que a coordenadora do DCE deu ao governo. Os governistas à frente do DCE não organizam a luta dos estudantes contra os cortes e contra o sucateamento da universidade. Não convocam sequer uma assembleia. Resumem sua atividade à elaboração de cartas endereçadas ao reitor cobrando o “diálogo”. Ao ser contestada pela Corrente Proletária Estudantil e por estudantes independentes, passou aos ataques pessoais.

Defendemos a unidade dos três setores contra os cortes por meio de uma frente única. Apenas por meio da ação direta será possível bar-

rar os ataques. Contra a ameaça de demissão dos terceirizados, levantamos as bandeiras de nenhuma demissão e efetivação já. Diante da subserviência da reitoria e o descarrego do corte sobre os setores mais vulneráveis (terceirizados e assistidos), defendemos a assembleia geral universitária para decidir sobre o orçamento e o governo tripartite.

Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública é lançado em ato das universidades estaduais

Diante do corte orçamentário nas estaduais, passando de R\$ 19 milhões, e do atraso do pagamento do reajuste linear, os docentes das universidades estaduais da Bahia (UNEB, UEFS, UESC e UESB) aprovaram o estado de greve. No dia 08/04, docentes e estudantes das estaduais realizaram um ato em frente à Secretaria da Educação (SEC) para pressionar o governo a atender as reivindicações.

Durante o ato, ocorreu o lançamento do Comitê, formado por diversas entidades, sindicatos, oposições sindicais, organizações políticas e movimentos sociais. O Comitê surge em um momento em que os governos federal e estadual avançam nos ataques à educação pública. Tem como tarefa de organizar a luta contra os cortes e a mercantilização e privatização do ensino. A Corrente Proletária na Educação integra o Comitê e trabalha pelo seu fortalecimento.

Greve na UNIFESP: A permanência é a maior vítima da política de cortes

Na UNIFESP de Guarulhos, o ano letivo começou sem o transporte que fazia a ligação do campus com os metrô de São Paulo. O que tornou a chegada na universidade cara e muito demorada, tornando comuns a perda da primeira aula por atraso e a perda da última aula, já que muitos estudantes precisam sair mais cedo para conseguir chegar em casa. O argumento para o fim das vans foi o do corte de verbas geral sobre as universidades federais e não possibilidade de renovação do convênio com a empresa metropolitana de transportes urbanos, EMTU. O transporte é uma das conquistas do forte movimento de 2012, que em Guarulhos começou antes da greve nacional das federais e terminou depois. Aquela greve estudantil conquistou também o prédio de salas de aula que está sendo construído no bairro periférico dos Pimentas, de onde o campus saiu para ficar provisoriamente por conta das obras, desde 2013, no prédio alugado do colégio Torricelli, no centro da cidade. Um prédio cheio de problemas de infraestrutura e que o aluguel custou a fábula de 15 milhões de reais para a universidade.

O campus de Guarulhos foi fundado em 2007, fruto do REUNI, e desde então é palco de lutas do movimento estudantil pelas condições de estudo e permanência. Por possuir um corpo estudantil tão combativo, a UNIFESP é também um dos principais alvos da repressão do Estado, com diversas prisões e processos administrativos e criminais abertos. O ano de 2012, embora vitorioso do ponto de vista da pauta de reivindicações, terminou com um saldo negativo de mais de 70 prisões e processos. No ano passado, 26 companheiros foram condenados e estão aguardando resultado de recurso. O campus também contabiliza três suicídios de estudantes que participaram do movimento e que não aguentaram as pressões da repressão e das precárias condições de estudo e permanência.

De 2013 pra cá, um refluxo desorganizou os estudantes, que estão sem DCE, e permitiu os avanços repressivos e a perda da conquista da ponte orca. Mas este último ataque levantou de novo o explosivo movimento de Guarulhos, que tirou paralisações e no dia 24 de março, numa assembleia de 700 pessoas, aprovou a greve até o atendimento das reivindicações de permanência estudantil, principalmente, pelo retorno imediato da Ponte Orca. Mas ainda não foram resolvidas questões básicas de organização como a constituição do comando de

greve e das comissões executivas das tarefas deliberadas nas assembleias e no comando.

O debate organizativo expressa a concepção de movimento das correntes

A Corrente Proletária Estudantil, o PCO e independentes defenderam o comando e as comissões abertas à participação de todos. Essa constituição foi fundamental em 2012, quando o comando juntava entre 300 e 500 estudantes nas suas reuniões e dali conseguia encaminhar todas as tarefas tiradas pelo movimento. LSR/PSOL e PSTU defenderam o comando e as comissões fechadas compostos por delegados eleitos nas assembleias de curso. O que daria um número beirando os 20 integrantes, no máximo, se as essas assembleias acontecerem. É uma clara manobra para desorganizar o movimento e inviabilizar a resposta coletiva e tentar conciliar com a proposta da burocracia. A reitoria defende reivindicar da EMTU linhas com passe livre estudantil tendo em vista a inviabilidade do retorno da ponte orca. É isso que defendem PSOL e PSTU.

Num primeiro momento, venceu a proposta de comando e comissões abertas. Mas na última assembleia, no dia 8 de abril, onde havia apenas 150 estudantes, a frente PSOL/PSTU conseguiu fechar as comissões e o comando e aprovar como pauta mínima o retorno da ponte orca OU as linhas da EMTU com passe livre. Na prática, abrindo mão da ponte orca por uma promessa. E também deixando de avançar na pauta da permanência, na defesa da moradia, da creche e das outras condições de estudo.

Agora, ou a maioria que aprovou a greve se reorganiza para enfrentar a política derrotista de conciliação, ou a volta às aulas sem o transporte vai gerar a maior onda de evasão desde a fundação do campus. É preciso ir às ruas para ganhar o apoio da população e pressionar a burocracia e governo na conquista das reivindicações e se somar na luta mais geral pelas condições de estudo e trabalho, tendo em vista a greve dos professores do Estado, em curso há um mês. O corte é uma política de Estado que visa defender os capitalistas em crise. A juventude deve responder à política geral de ataque sobre as condições de vida das massas com um movimento amplo, em unidade com todos os setores em luta, que visa a responder de conjunto todos os ataques.

Nesta edição:

- Realizada a Conferência Internacional do Comitê de Enlace
- Pela derrota da intervenção militar no Iêmen!
- Somália:
Pelo fim do intervencionismo militar pelos vassalos do imperialismo no país!
- Trotsky: Perspectiva de Recuperação

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Realizada a Conferência Internacional do Comitê de Enlace

A Conferência do Comitê de Enlace, realizada no dia 5 de abril, em Santa Cruz de La Sierra, deu um significativo passo à frente. Distinguiu-se da Conferência e do Congresso anteriores por incorporar suas formulações, por precisá-las e, fundamentalmente, por dar respostas particulares aos grandes conflitos que marcam a situação mundial.

O documento geral cumpriu o objetivo de confirmar as análises, as teses e as tarefas anteriormente formuladas à luz de novos acontecimentos. Tem especial importância por avançar a compreensão das leis capitalistas que levam à sua desintegração e consequentemente à demarcação de que o proletariado mundial vive e atua em um período em que estão postas as forças da revolução e da contrarrevolução, do socialismo e da barbárie.

O Comitê de Enlace tem se esmerado em demonstrar a importância decisiva da derrocada da União Soviética e toda cadeia da restauração capitalista. O brutal retrocesso reflete a crise de direção revolucionária mundial. Não se pode entender o processo da crise geral do capitalismo e suas expressões particulares em cada país e região e nem constituir uma política proletária sem a devida assimilação da luta de vida e morte do trotskismo contra o estalinismo, em síntese entre o internacionalismo e o nacionalismo. O que significa que não é possível compreender, em toda sua complexidade, as crises nos países em que o Comitê de Enlace tem suas seções e em que estão obrigadas a estabelecer suas diretrizes estratégicas sem que se identifique a interrelação entre a situação mundial e nacional. Quanto mais claramente se expor a crise nacional como reflexo dialético da crise mundial, mais precisa será a linha política. Em outras palavras, as respostas às particularidades nacionais necessárias à revolução social estão intimamente ligadas às respostas à luta de classes mundial. Do ponto de vista estratégico, as respostas nacionais estão condicionadas pela respostas internacionais, uma vez que, como marxistas, aplicamos as premissas do marxismo que estabelecem as leis gerais da revolução mundial, ou seja, a revolução por sua forma é nacional, por seu conteúdo é internacional.

A Conferência desenvolveu as teses segundo a orientação do internacionalismo proletário. As análises e descrições sobre os choques de classes, os levantes nas nações oprimidas, as guerras civis e o intervencionismo imperialista foram submetidos ao método do programa de transição, que reconhece os vínculos indissociáveis entre as reivindicações mais elementa-

res e as tarefas democráticas com o programa estratégico de tomada do poder e expropriação geral da burguesia. Estabelece a tática revolucionária do proletariado de acordo com o programa e as necessidades vividas pelos explorados. Reforça a tarefa de reconstruir a IV Internacional construindo os partidos-programas no seio do proletariado.

Grande parte das correções e acréscimos se mostrou positiva, o que evidenciou criterioso estudo e domínio das teses. A discussão sobre a caracterização de governos que não comparecem como francamente liberais e pró-imperialistas na América Latina deve ser destacada na avaliação da Conferência. Verificamos que não se deve submetê-los mecanicamente às características do nacionalismo clássico. Comparecem como caricaturas de governos nacionalistas. Mostram-se contraditórios, combinando posições protecionistas com liberais; tomam medidas tipicamente nacionais ao mesmo tempo em que as tipicamente antinacionais; combinam medidas populares, ainda que limitadas, com antipopulares. São governos constituídos em meio à grande crise dos velhos partidos burgueses, de forma que estão obrigados a se apresentar como nacionais perante as massas, mas são incapazes de romper com o imperialismo. Por serem profundamente contraditórios (todo governo nacionalista, por mais radical que seja é contraditório porque mantém o poder do grande capital), evidenciam rapidamente sua impotência e suas tendências reacionárias (antinacional e antipopular). Esse aspecto do documento geral surgiu da discussão sobre qual o lugar do governo de Cristina Kirchner da Argentina ao lado de governos como de Evo Morales, Hugo Chávez/Nicolás Maduro e Luiz Inácio Lula da Silva/Dilma Rousseff. As seções têm a tarefa de estudar muito bem a caracterização de tais governos, uma vez que subordinam os explorados e suas organizações sindicais. Uma definição tática na luta contra tais governos é necessária ao avanço do movimento revolucionário.

As resoluções constituíram um avanço das formulações

Pela primeira vez, um conjunto de resoluções específicas foi apresentado para discussão e aprovação da Conferência do Comitê de Enlace. Destacamos em particular a resolução sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Estado Islâmico. De conjunto, correspondem a situações particulares da crise do capitalismo e da luta de classes mundiais. Têm por base a resolução geral. Suas definições estabelecem uma linha de intervenção,

que começa nos países em que atuam as seções. Permitem dar unidade e centralização ao trabalho nacional e internacional. Os marxistas têm o dever de expressar no seio do proletariado de cada país o desenvolvimento da luta de classes mundial. Devem educar a vanguarda no combate internacionalista à burguesia, vinculando e subordinando as particularidades do movimento dos explorados de cada país aos confrontos que se desenvolvem em toda parte e que quase sempre envolvem o imperialismo.

O internacionalismo proletário tem por essência a tarefa estratégica de identificar perante os explorados a burguesia imperialista, de enfraquecê-la e derrotá-la em cada situação concreta em que se manifesta a opressão nacional e de classe. A luta antiimperialista e anticapitalista, travada nas condições particulares de cada país, deve obrigatoriamente estar vinculada ao movimento mundial do proletariado e do conjunto dos explorados, por mais distante que esteja. Não se pode elevar a consciência socialista da classe operária e de sua vanguarda sem a guerra de classe contra o imperialismo e suas expressões no seio das nações oprimidas. O que tem a ver a guerra civil na Síria, a intervenção da Arábia Saudita no Iêmen, a guerra dos Estados Unidos contra o Estado Islâmico, etc. com o que se passa no Brasil, Bolívia, etc.

Toda intervenção do imperialismo – não há guerra e grandes conflitos de classes em que não estejam presentes as potências – se generaliza. A máquina ideológica das potências atua por cima das fronteiras nacionais, pressiona os Estados semicoloniais a apoiar o intervencionismo e a arrastar os explorados por detrás da política mundial, traçada pelos Estados Unidos e sua coalizão. Os explorados são bombardeados pela campanha mundial do imperialismo para que não se oponham e não se rebelem em defesa das forças em luta com as potências e seus lacaios nacionais. É o caso da disseminação da doutrina norte-americana do antiterrorismo e das falsificações sobre os embates com os jihadistas islâmicos. A sua penetração na consciência dos oprimidos serve à opressão. Em contraposição, sobre a base das bandeiras e dos métodos da classe operária, combatemos em cada país as ações do imperialismo onde quer que estas se manifestem. A vanguarda está obrigada a travar o combate ideológico ao imperialismo em todos os planos. Por essa via, será melhor compreendido no movimento revolucionário o programa de destruição do capitalismo, que necessariamente passa por derrotas parciais do imperialismo e avanço da luta de classes mundial. Está aí por que os revolucionários não podem se descuidar da propaganda e da agitação sistemática contra o imperialismo.

Os exemplos externos de opressão nacional servem ao entendimento da opressão interna promovida pela burguesia nacional sobre a maioria explorada. Têm a particular importância na disputa do proletariado com a burguesia pela influência sobre a pequena-burguesia pobre e que tem um papel a cumprir em favor da revolução. A luta antiimperialista está no cerne da revolução social, que como tal se inicia em um país e se projeta internacionalmente. Está aí por que não se deve ter uma atitude puramente declarativa e formal sobre os choques mundiais. A vanguarda deve encarnar no combate diário, por meio da propaganda e da agitação, a política internacionalista. Acreditamos ser este um ponto fundamental da elaboração coletiva sobre as teses, da discussão crítica e autocrítica e da aprovação de quase todas elas por unanimidade.

É bom ressaltar também a resolução sobre a Venezuela e Cuba. O imperialismo está empenhado em derrubar o governo nacionalista chavista, ao mesmo tempo em que faz uma ofensi-

va sobre o governo cubano no sentido de acelerar o processo de restauração capitalista. Discutiram-se, como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento da crise na Bolívia, Argentina e Brasil. A derrota eleitoral de Evo Morales nas eleições para governador em importantes estados e municípios indica o declínio do MAS. A questão que se coloca é a do POR se potenciar no seio das massas como a estratégia e os métodos revolucionários do proletariado. Na Argentina, o governo de Cristina Kirchner se encontra no impasse: está obrigada a tomar medidas em favor de interesses nacionais e ao mesmo tempo de interesse do imperialismo. A Conferência discutiu a importância de se ter uma caracterização da evolução da crise política. No caso do Brasil, a resolução, o informe e a discussão se concentraram no fato da crise econômica se converter em profunda crise política. Ressaltou-se o deslocamento de uma grande camada da classe média para as posições da oposição burguesa. Conclui-se como correta a linha do POR de defender a independência dos explorados e de suas organizações diante da disputa interburguesa. Observou-se a necessidade das seções ajustarem a caracterização e melhorar a análise do desenvolvimento da crise econômica, da crise de governo e da luta de classes.

O trabalho sistemático do Comitê de Enlace

As condições da luta de classes vêm mudando com a crise. Os explorados são obrigados a recorrer à luta direta. Mas a crise de direção comparece como o grande obstáculo. Estamos diante de um longo processo de recuperação do terreno perdido. O país mais amadurecido para a revolução é a Bolívia, considerada a aguda luta de classes e a presença do POR. Mas uma situação francamente revolucionária ainda não se configurou e o POR necessita reconquistar posições no proletariado mineiro e se tornar direção física das massas. É nessas condições que o CE se desenvolve.

Continuamos nadando contra a corrente. É preciso, no entanto, considerar o movimento revolucionário mundial e os poderosos obstáculos armados pela burguesia e seus agentes. No interior do movimento, comparecem o centrismo e o reformismo pequeno burguês. Parte do centrismo se reivindica do trotskismo. São revisionistas. A sua importância está no fato de controlarem a vanguarda mais combativa e politizada. Em países como Brasil e Argentina, o centrismo tem presença marcante. Necessariamente, o Comitê de Enlace terá de enfrentá-lo e conquistar posições em suas fileiras.

O revisionismo logrou montar grupos em várias partes do mundo. Se arvora herdeiro da IV Internacional. Parte está profundamente corrompida e parte pode ser conquistada para o trabalho de construção do partido-programa. O Comitê de Enlace tem de trabalhar por estender sua influência sobre a vanguarda equivocada, mas sadia. O fortalecimento de nossas seções e a organização dos camaradas do Chile é a via para esse trabalho. O Comitê de Enlace deve se voltar para essa tarefa. O seu trabalho deve se concentrar na elaboração coletiva da política internacional e no desenvolvimento de uma vigorosa propaganda revolucionária. Devemos começar por dar regularidade ao Boletim Internacional e por divulgá-lo amplamente no interior do movimento.

Logo mais publicaremos as resoluções aprovadas na Conferência. Esperamos que a vanguarda que se reivindica do internacionalismo marxista se disponha a discuti-las criticamente. A tarefa de reconstruir a IV Internacional está em nossas mãos e daqueles que compreenderem a necessidade de pôr em pé os partidos marxistas-leninistas-trotskistas.

Crise no Médio Oriente se agrava

Pela derrota da intervenção militar no Iêmen!

A feudal-burguesia árabe e seus governos, sob comando de monarquia saudita, continuam a bombardear as milícias hutíes e a massacrar a população civil do Iêmen. O conflito tem suas origens na rebelião dos hutíes (xiitas) contra o governo de Abd Rabbuh Mansur Hadi, um títere da monarquia saudita (sunita). Há mais de um ano, deflagraram-se choques armados entre opositores e o governo. Mas, foi nas últimas semanas que esses confrontos assumiram a forma de guerra civil diante da incapacidade do governo em derrotar militarmente as milícias. Configurou-se o intervencionismo de uma força militar conjunta que inclui onze países (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Qatar, Kuwait, Marrocos, Paquistão, Egito, Jordânia, Sudão e Turquia). Está em andamento uma invasão militar por terra.

É necessário considerar as causas que levaram à desagregação do país e ao intervencionismo das feudais-burguesias. Em 2011, os hutíes (30% da população do país) uniram-se aos protestos contra o governo de Alí Abdullah Saleh, uma marionete do imperialismo e dos sauditas. Saleh viu-se incapaz de conter as revoltas populares resultantes do aumento da miséria e do desemprego. Sua remoção tornou-se uma medida necessária para conter os protestos. A Arábia Saudita foi obrigada a admitir sua derrubada.

Conformou-se um governo de coalizão e convocaram-se eleições para 2012. Mansur Hadi foi eleito. Mas só conseguiu se firmar como presidente graças à trégua assinada com as milícias dos hutíes, em 2013, e por contar com apoio de parte das Forças Armadas, das milícias dos *Comitês de Resistência Popular* e das tribos sunitas, além do imperialismo e da monarquia saudita. A monarquia injetou milhões de dólares para estabilizar a economia em bancarrota. Porém, quando Hadi impulsionou seu plano para descentralizar o país e assim dividi-lo em regiões, visando a debilitar as posições dos hutíes, estes passaram a combater Hadi.

No dia 22 de março, as milícias controlavam o aeroporto, uma base da força aérea, os distritos policiais e as instituições em Taiz. No dia 23, controlavam Saná, a capital. Mansur Hadi e seus partidários foram obrigados recuar até Áden, cidade portuária. Os hutíes assumiram o governo do país. Cercado pelo avanço das milícias, fortalecidas militarmente pela aliança com parte do exército e da força aérea, Hadi fez um chamado à Liga Árabe e ao Conselho de Cooperação do Golfo a intervir militarmente para deter a ofensiva hutí. No dia 25 de março, a coalizão árabe realizou os primeiros bombardeios sobre as posições das milícias em Adén e Saná.

O vertiginoso avanço militar dos hutíes e a derrocada do governo de Hadi indicaram que o governo já não mais detinha nenhuma força social, política ou militar capaz de centralizar autoritariamente o país. O desemprego, o aumento dos preços dos alimentos e dos serviços, a miséria e a fome se avolumaram diante dos ataques dos governos de Saleh e Hadi, visando a descarregar a crise sobre os explorados e oprimidos. No entanto, o essencial da crise tem seu fundamento na própria conformação do país como resultado de uma intervenção externa às tribos e aos diversos grupos étnico-religiosos presentes há séculos na região. Em outras palavras: é uma criatura parida pelas potências.

Em 1990, a Liga árabe serviu de nexos para aproximar as ne-

gociações entre o Iêmen do Norte (xiita) e o Iêmen do Sul (sunita) visando a unificar ambas as tribos. Tratava-se por essa via de estabilizar a região por onde grande parte do comércio marítimo do petróleo, que se concentra em suas costas e portos. Criaram-se, assim, as condições para que as disputas territoriais se manifestassem como disputas no seio do Estado, por meio das instituições burguesas. Por trás dessas frações, estavam as feudais-burguesias mais poderosas da região: a iraniana (xiita) e a saudita (sunita). O Estado passou a ser campo da disputa entre ambas as potências. E a sucessão dos governos, o resultado da ingerência externa. De fato, o Iêmen nunca conquistou sua soberania e independência nacionais. Converteu-se desde seu nascedouro em um estado títere. Por cima de tudo, age o imperialismo, que opõe xiitas e sunitas para assim impor seus interesses mais estratégicos no Oriente Médio. Eis por que a operação “Tormenta da Firmeza” conta com o apoio dos Estados Unidos, que, embora tenham rejeitado participar militarmente, ajudarão com armamento e inteligência. Não se trata de uma mudança na política intervencionista, mas de uma manobra diante das negociações com Irã sobre seu programa nuclear. O que obrigou Obama a impulsionar o intervencionismo por meio de seus serviços. Os EUA não precisam comparecer diretamente ligados à intervenção no Iêmen contra o Irã.

Tais são os encadeamentos que sustentam a guerra civil e o intervencionismo externo das potências regionais. As alegações da monarquia saudita pró-imperialista de que intervém devido a ingerência do Irã mal esconde os interesses das potências na região. Não é a primeira vez que a feudal-burguesia árabe intervém para manter governos em desagregação. Em 2011, suas tropas ocuparam o Bahrein esmagando os protestos impulsionados pelos xiitas. A Arábia Saudita cumpre o papel de polícia e de sustentação político-militar dos governos ameaçados por levantes populares.

A “Tormenta da Firmeza” e a resistência armada hutí são as formas na quais se expressam os interesses econômicos e políticos das potências envolvidas. O recente envio de navios de guerra sauditas, tropas egípcias e de aviões do Marrocos e da Jordânia visam a controlar o estreito marítimo de Bab el-Mandeb, que está sob o controle dos hutíes. O controle das posições terrestres - rota marítima para o comércio do petróleo - é a garantia dos interesses das potências regionais.

Trata-se do quarto marítimo em importância mundial para o comércio de petróleo para os Estados Unidos e norte da África. Por aí passam mais de 4 milhões de barris de petróleo por dia. A desestabilização do país se reflete nos preços do petróleo, bem como no fortalecimento ou enfraquecimento geoestratégico das potências. Para o imperialismo e seus serviços, seu controle é decisivo para limitar o Irã e, fundamentalmente, a China. Eis por que quando o estreito caiu em poder dos hutíes, o governo iraniano enviou navios de guerra ao Mar Vermelho para criar um escudo marítimo contra as forças navais sauditas e egípcias, já aportadas em Aden. A feudal-burguesia iraniana está ciente que a derrota das milícias hutíes enfraquecerá enormemente sua influência na região.

O desenvolvimento atual da crise no Iêmen pode colocar frente a frente o Irã e Arábia Saudita/Egito. Os Estados Unidos utilizam as disputas regionais para conservar sua hegemonia e

impor condições ao nacionalismo iraniano. Os motivos étnicos-religiosos tão somente servem de máscara à reais causa econômicas..

Os Estados Unidos trabalham pela desintegração do Iêmen, caso os huties se firmem no combate. Os *Comitês de Resistência Popular* foram financiados por 695 mil dólares pela *Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional* (USAID). Após a queda de Saleh, se organizaram como milícias e tomaram a frente no combate contra Al-Qaeda. Logo voltaram suas armas contra os huties. Esses comitês têm desenvolvido uma campanha pelo separatismo do sul e pela formação do o “*Estado de Arábia do Sul*”.

A população iemenita se vê diante do fogo cruzado dos partidários da Arábia Saudita e do Irã. Em princípio, parece mais favorável à luta anti-imperialista a vitória dos nacionalistas pró-

iranianos. No entanto, o fundamental está em que os explorados do Iêmen têm pela frente a tarefa de conquistar a independência do país, a sua autodeterminação e conservar a sua unidade. A feudal-burguesia iraniana não promoverá o desenvolvimento econômico e social do país. E a feudal-burguesia árabe reforçará a dominação imperialista. Tudo indica que a conquista da independência do Iêmen depende dos explorados árabes e persas combaterem sua feudal-burguesias e governos. A bandeira do proletariado é a de fim imediato da intervenção da Arábia Saudita e sua coligação militar. Que os iemenitas resolvam suas divergências sem nenhuma interferência do imperialismo. A tarefa que emerge da grande convulsão que abala o Oriente Médio é a de construir os partidos da revolução proletária, que tenha por programa os Estados Unidos Socialista do Oriente Médio.

Somália: o exército de Quênia ataca posições de Al-Shabab

Pelo fim do intervencionismo militar pelos vassallos do imperialismo no país!

Só o proletariado organizado no campo da independência de classe conquistará a autodeterminação e independência nacionais!

No dia 8 de abril, a Força Aérea de Quênia bombardeou as posições da milícia jihadista Al-Shabab, em Gondodowe e Simail, região de Gedo, no sul de Somália. No mesmo dia, o governo bloqueou os ativos de 86 contas bancárias de pessoas e empresas suspeitas de financiar a milícia filiada a Al-Qaeda.

Segundo o governo de Quênia, os ataques foram uma retaliação pelo atentado terrorista do dia 3 de abril, realizado pela milícia na universidade de Garissa (Quênia), onde morreram 148 estudantes. O pior da história após o realizado contra a Embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, capital de Quênia, em 1998. Al-Shabab também foi o grupo jihadista responsável pelo ataque contra o centro comercial Westgate, de Nairóbi, em setembro de 2013. Segundo Al-Shabab, os atentados são represálias ao intervencionismo das Forças militares quenianas na Somália.

Os governos vassallos do imperialismo reproduzem a campanha imperialista de “combate ao terrorismo”, uma justificativa para ampliar o intervencionismo das potências nos assuntos internos e nos conflitos das semicolônias. O bombardeio contra Al-Shabab expressou o envolvimento do governo queniano nessa campanha. Também reflete a desagregação da Somália. Esse país foi invadido por tropas norte-americanas nos anos 90. Hoje, está desmembrado e colonizado pelo imperialismo. As gigantescas riquezas nacionais contidas no subsolo (minerais, gás e petróleo) e sua posição continental estratégica não serviram para o desenvolvimento de suas forças internas e para conquistar a independência nacional. O imperialismo mantém a Somália subjugada para melhor saquear seus recursos e torná-la um campo de intervenção na África oriental. Como se vê, a desagregação territorial e a decomposição social, que se manifesta politicamente no completo servilismo do governo somali, serve tão somente às potências.

A política dos Estados Unidos e potências aliadas de “combate ao terrorismo mundial” precisa acusar os movimentos islâmicos radicalizados (fundamentalmente os que praticam a jihad islâmica ou “guerra santa”) de ser o resultado da ingerência de forças sociais e religiosas alheias à história e cultura dos povos africanos. Trata-se de uma falsificação ideológica. De uma manipulação política que serve à descaracterização do

intervencionismo imperialista, obscurecendo as causas mais profundas do desenvolvimento e enraizamento do islamismo ao longo do percurso histórico no Continente.

A história africana demonstra que o islamismo acompanha sua evolução econômica, social e política desde o século VII. No século X, o expansionismo árabe começou a se expressar no seio das relações sociais africanas na base da interdependência entre o feudalismo árabe e o comunismo primitivo das tribos africanas. O que resultou na fusão das tradições milenares africanas com a religião do Islã.

Foi precisamente nesse século que a costa oriental africana (hoje, composta por Sudão, Eritreia, Somália, Djibuti, Etiópia e Quênia) e o norte da África (conquistada pelo Califa Omar, no ano 640) tinham se islamizado em grande parte. A chegada dos portugueses acharia um vasto império comercial de 500 anos e uma estrutura social islamizada, embora não tivessem se consolidado como uma unidade política e organizativa coerente. As primeiras missões cristãs compareceram assim como um instrumento das monarquias e das burguesias européias, que objetivam criar condições para a adoção de novas bases econômicas, que se desenvolviam sobre o poderoso impulso do capitalismo comercial. Tratava-se de abrir uma via para a penetração dos europeus. Assim como para consolidar as frações das classes dominantes e das tribos africanas que passariam a expressar os interesses do colonialismo europeu.

Com o desenvolvimento do capitalismo comercial e posteriormente com a constituição dos monopólios dominando o mercado mundial, esses choques assumiram uma forma ainda mais aguda. Nesse contexto, a superioridade da técnica e do poder econômico-militar dos colonialistas teria como expressão religiosa o cristianismo, que advogava a superioridade da raça branca sobre os “primitivos” povos negros. A suposta “superioridade racial” mal ocultava o fundamento econômico da expansão colonialista.

Foi no século XX, com a ascensão do proletariado como classe mundial e com a Revolução Russa, que os movimentos nacionalistas seculares e classistas ganham força, inspirados pelo marxismo. Porém, com a desagregação da URSS pela de-

generescência estalinista e a destruição da III Internacional, o movimento revolucionário vai se arrefecendo. O retrocesso do proletariado mundial converteu-se no brutal retrocesso das massas oprimidas africanas, que voltaram a expressar sua rebelião, dentre outras formas atrasadas, por meio do obscurantismo religioso. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e a incapacidade da direção que herdou a tarefas de impulsionar a IV Internacional, construindo os partidos revolucionários, são parte desse doloroso processo.

Perante a ausência da direção revolucionária do proletariado nos embates dos oprimidos contra os opressores, as formas político-ideológicas mais bárbaras e retrógradas assumem a direção das lutas dos oprimidos. E acabam por essa contingência histórica expressando confusa e deformadamente a rebelião de setores oprimidos contra o domínio das potências, os saques das riquezas naturais e o servilismo das burguesias africanas.

O fundamental está em assinalar que o desmembramento, as lutas intestinas, os conflitos étnicos e as guerras nacionais estão inteiramente condicionados pela penetração do capital internacional e se ampliarão. E também os choques do imperialismo com os movimentos jihadistas. As potências estão obrigadas a acentuar a opressão nacional, transformando-a em intervenção militar mais ou menos aberta. A “guerra contra o terror de Al-Shabab” na Quênia é uma expressão particular. Demonstra que aprofundará o intervencionismo e repressão dos governos semicoloniais contra qualquer país e movimento que seja rotulado de terrorista pelos Estados Unidos.

Os revolucionários têm o dever de rejeitar os fundamentos

ideológicos e os métodos imperialistas de combate ao terrorismo. O esmagamento de Al-Shabab não aproximará os oprimidos da democracia, à cultura e à unidade nacionais. Mas, aprofundará a subordinação dos governos e povos africanos aos genocidas e parasitas imperialistas. Uma derrota das forças intervencionistas do imperialismo obrigará os explorados a avançar no caminho revolucionário. A necessidade de construir os partidos operários virá à tona. O jihadismo mostrará sua face retrógrada perante os explorados e a nação oprimida. Ao contrário, a vitória do imperialismo reforçará a opressão e retardará o avanço revolucionário. Qualquer que seja a vitória parcial da burguesia imperialista fortalece o movimento mundial do proletariado.

Defendemos: o fim do intervencionismo e a denúncia do servilismo do governo queniano; que sejam retiradas as tropas de Quênia e as que atuam na Somália; que se publiquem os acordos diplomáticos e militares com o imperialismo e se proceda a sua imediata ruptura. Cabe apenas aos somalis decidirem o destino do país, sem nenhuma intervenção externa.

A tarefa é a de transformar o ódio dos oprimidos contra seus opressores em política revolucionária. A conquista da autodeterminação de Somália depende dos explorados e oprimidos combater e derrocar as castas vendidas e os parasitas que governam o país e expulsar o imperialismo. A libertação nacional será conquistada aí, como em toda África, no momento em que os explorados se organizarem em partidos revolucionários e lutarem para enterrar o capitalismo sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da África.

O texto abaixo foi escrito por Trotsky para a Conferência Internacional da Oposição de Esquerda, que foi realizada sob o nome de Conferência de Organizações Socialistas e Comunistas de Esquerda. Realizou-se em Paris nos dias 27 e 28 de agosto de 1933. Participaram dela 14 partidos. Trotsky faz a ressalva sobre a heterogeneidade das organizações e grupos que a compuseram, explicando que era um reflexo “da profunda crise dos movimentos socialistas e comunistas ou, mais precisamente, do colapso da Segunda e, também, em outro nível histórico e devido a outras causas, da Terceira Internacional”. Deixou claro que era impossível “construir uma nova Internacional sobre a base de organizações que partem de princípios profundamente distintos e às vezes opostos”. Defendeu que a Conferência deveria “começar imediatamente a elaboração dos documentos programáticos”, incorporando formulações já existentes da Oposição de Esquerda, entre eles a Declaração dos Quatro que serviu de base para a convocação da Conferência.

Cerca de seis meses antes, de 4 a 8 de fevereiro, foi realizada em Paris a pré-Conferência Internacional, em que se aprovou o importante documento “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. Trotsky avaliou que as “resoluções da pré-Conferência refletiam diretamente as experiências internacionais dos bolcheviques leninistas”. Não aprovou um programa acabado, mas estabeleceu teses fundamentais que indicaram diretrizes para um programa. Trotsky ressalta “a elaboração de um programa continua sendo para os bolcheviques leninistas uma tarefa de grande envergadura e responsabilidade”. (Um grande Êxito – sobre a pré-Conferência da Oposição de esquerda, março de 1933, Escritos, tomo IV, vol. 1).

Não conseguimos a informação sobre se o texto Perspectiva de Recuperação foi discutido ou não na pré ou na Conferência. Diante da crise mundial atual, o método de análise apresentado por Trotsky é-nos de grande valor.

Perspectiva de Recuperação¹

Leon Trotsky – 18 de agosto de 1932

“No período de pós-guerra os ciclos econômicos deixaram de constituir o mecanismo normal de desenvolvimento capitalista, uma vez que o capitalismo, em seu conjunto, está na etapa de decadência. Mas isto não significa que as flutuações econômicas sejam coisas do passado. É certo que depois da guerra perderam seu caráter cíclico e, pelo menos no que se refere à recuperação, universal. No entanto, até certo ponto,

ambas as características reaparecem hoje.

A crise atual é de caráter mundial. Isto significa que a economia mundial, cujo funcionamento ficou interrompido durante a guerra, abriu caminho apesar de todos os impostos aduaneiros e demonstrou dolorosamente sua poderosa realidade. Há motivos para crer que a próxima reversão da tendência, no sentido de um ressurgimento econômico – que não ocorre-

rá em todos os lugares com a mesma força – também será de caráter mundial. Em outras palavras, a crise atual restaura o movimento cíclico do capitalismo.

Evidentemente, não podemos esperar ciclos completos no futuro. Nas décadas prévias à guerra, as crises se apresentavam como interrupções breves e não demasiadamente profundas, e em cada alta superava o ponto máximo da anterior. Mas agora supomos que ocorrerá o contrário: crises profundas, longas e penosas e altas breves e de curta duração. Os velhos ciclos eram o mecanismo de um amplo movimento ascendente; os novos somente podem ser o mecanismo da decadência capitalista.

No entanto, continua sendo enorme a influência de mudanças cíclicas na vida das massas populares. Em certo sentido, seu alcance é maior agora que antes.

A etapa atual do capitalismo preenche amplamente as necessidades da revolução proletária. O que está atrasado é a consciência do proletariado, sua organização, sua direção. Devido à instabilidade geral do equilíbrio social, as flutuações conjunturais conduzem a tremendas mudanças no poder político, a convulsões revolucionárias e contrarrevolucionárias.

O mundo burguês, e com ele a socialdemocracia, espera salvar-se com a nova recuperação do comércio e indústria. Os teóricos da Comintern temem essa perspectiva e negam a possibilidade de uma recuperação na curva cíclica econômica. Para os marxistas, é perfeitamente claro que um ressurgimento da atividade econômica não abrirá uma ampla via de saída da crise, mas sim que conduzirá a outra crise, ainda mais aguda e penosa que esta. Por outro lado, nos parece evidente a inevitabilidade de uma mudança iminente do ciclo econômico. Temos de nos preparar teoricamente para o próximo “período de pós-crise” e assumir um ponto de partida correto.

Com a crise, o proletariado internacional retrocedeu e continua retrocedendo por toda uma etapa histórica. O descontentamento, a necessidade de se livrar da pobreza, o ódio aos exploradores e a seu sistema, todas essas emoções, agora reprimidas e suprimidas pelo terrível desemprego e repressão governamental, se expressarão com energia redobrada assim que apareçam os primeiros sintomas reais de ressurgimento industrial.

Devido à atual situação geral do capital, ainda que na hipótese de que o ressurgimento seja considerável, os patrões não estarão em condições de ceder aos operários o tipo de concessões que permitiria manter a luta dentro dos limites do sindicato. Podemos prever com certeza que o ressurgimento industrial não dará lugar nem sequer ao retorno das condições de trabalho imperantes diante da crise. Os conflitos econômicos terão perspectivas mais amplas e inevitavelmente se converterão em movimentos políticos de caráter revolucionário.

A Comintern deve se desfazer dos últimos restos da teoria do “terceiro período”, tem de começar a investigar concretamente o terreno econômico e social da luta e deixar de impor ordens ditatoriais à vanguarda proletária, em vez de impulsioná-la a dirigir o processo real da luta de classes.

Em primeiro lugar, está o trabalho nos sindicatos. É preciso descartar o “terceiro período” de Lozovski como o do de Manuilski² e acabar com a política do auto isolamento. Deve-se colocar com todo o rigor a restauração da unidade do movimento sindical alemão mediante a integração de todos os filiados da RGO³ à massa dos “sindicatos livres”. É preciso obrigar a todo membro do partido que esteja em condições de fazê-lo

a que entre em um sindicato.

O desenvolvimento da luta econômica colocará enormes tarefas à burocracia reformista. Podem-se explorar melhor suas dificuldades com uma política enérgica e flexível de frente única.

A experiência dos camaradas belgas demonstra que a Oposição de Esquerda, apesar de pouco numerosa, pode jogar um papel considerável na luta de massas. De qualquer modo, é responsabilidade da Oposição de Esquerda colocar claramente os problemas ao partido, delinear as perspectivas gerais, formular consignas de luta. Agora, mais do que nunca, não se pode permitir que a Oposição de Esquerda continue sendo um círculo propagandístico fechado e permanecer à margem do desenvolvimento real da luta de classes.

Todo bolchevique leninista deve estar filiado a uma ou outra organização de massas, sobretudo a um sindicato. Somente desta maneira nossa organização poderá sentir o pulso do proletariado e cumprir seu papel de vanguarda da vanguarda.

Pós- escrito

Field*, um camarada norte americano que conhece bem os problemas da economia mundial, a meu pedido, preparou o primeiro projeto de caracterização das tendências cíclicas imediatas do mercado mundial. Suas conclusões estão cuidadosamente colocadas. Qualquer pessoa que leve em conta a complexidade dos fatores que determinam as mudanças no ciclo econômico compreenderá e aprovará com cautela os prognósticos. Não se trata de adivinhar, mas de colocar corretamente o problema, seguir o desenvolvimento dos fatos e tirar a tempo as conclusões correspondentes.

Peço ao Secretariado Internacional que faça chegar a todas as seções, como material de discussão, estas linhas juntamente com o trabalho do camarada Field. Fica perfeitamente claro que nossa Conferência Internacional terá de se pronunciar sobre esse problema tão importante.

O camarada Field teve um conflito com a Liga norte americana que fez com que o excluísse de nossa seção. Minha colaboração com o camarada Field é de caráter totalmente pessoal e não tem nenhuma relação com a vida interna da Liga norte americana.

**B. J. Field: recentemente expulso da Liga Comunista da América do Norte em Nova York, foi para a Turquia, de onde ofereceu sua colaboração a Trotsky em inúmeros projetos.*

1. *Perspectivas de Recuperação. The Militant, 12 de agosto de 1933; o pós-escrito se publicou no Boletim Interno, Liga Comunista da América do Norte, nº 4, 1932.*
2. *Solomon Lozovski (1878-1952): encarregado da Profintern (Internacional Sindical Vermelha). Quando disse “o terceiro período de Lozovski” se refere à linha ultra esquerdista e aventureira aplicada no terreno sindical, e quando fala do Manuilski se refere a mesma linha aplicada no e terreno político. Lozovski foi preso e fuzilado por ordem de Stálin em uma campanha antisemita.*
3. *RGO: eram as iniciais em alemão da Oposição Sindical Revolucionária, uma pequena federação sindical organizada pelo Partido Comunista Alemão em 1929 para competir com a ADGB (Federação Geral Sindical da Alemanha, também chamada de sindicatos livres), que era a principal federação sindical, liderada pelos socialdemocratas. Em fins de 1930, a ADGB tinha quase cinco milhões de filiados, a RGO menos de cento e cinquenta mil.*